

**ROBERTA AVIZ DE BRITO FERNANDES**

Discursos de sustentabilidade:  
O caso Paragominas

Dissertação de mestrado  
Março de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**ROBERTA AVIZ DE BRITO FERNANDES**

DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE:  
O CASO PARAGOMINAS

RIO DE JANEIRO

2011

Roberta Aviz de Brito Fernandes

DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE :  
O CASO PARAGOMINAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Orientadora: Prof. Dra. Sarita Albagli

Rio de Janeiro

2011

F363d Fernandes, Roberta Aviz de Brito.  
Discursos de Sustentabilidade: o caso Paragominas / Roberta Aviz de Brito Fernandes. – 2011.  
92 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.  
Orientadora: Sarita Albagli.  
Bibliografia:f. 84-89.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ambiente informacional. 3. Dinâmicas de informação e comunicação. 4. Economia verde. 5. Paragominas. I. Título.

CDU 502.131.1(811.5)

Roberta Aviz de Brito Fernandes

DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE :

O CASO PARAGOMINAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da  
Informação, Convênio Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e Tecnologia e  
Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
Faculdade de Administração e Ciências  
Contábeis, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Ciência da Informação

Aprovada em

---

Prof. Dra. Sarita Albagli, DSc, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
(IBICT- UFRJ)

---

Prof. Dr. Giuseppe Cocco, DSc, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
(IBICT- UFRJ)

---

Prof. Dr. Henri Acselrad, DSc, IPPUR/UFRJ

Aos meus pais, Lúcia e Roberto, que, pelo exemplo, despertaram em mim a constante curiosidade e o eterno desejo de conhecer o novo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para elaboração desta dissertação. Primeiramente, à minha orientadora, Sarita Abagli, que me incentivou a me desconstruir para em seguida me reconstruir. Ao professor Giuseppe Cocco que, com suas aulas, me incentivou a ver a vida por novas perspectivas. Aos meus colegas e professores do Ibict, pelas incontáveis discussões e reflexões. À Fundação Vale, que me possibilitou dedicar parte do meu tempo de trabalho ao estudo. A Christiana Costa, que lidou bravamente com minhas ausências. A Themis Pantoja, que tão bem me acolheu em Paragominas. A Adnan Demarck, por sua sempre disponibilidade e atenção. A todos os entrevistados, pelo seu tempo e atenção. À população de Paragominas, por se desafiar à mudança. Em especial, ao meu marido Fabiano, pelo companheirismo e incentivo constante para eu buscar sempre ser uma pessoa melhor.

## RESUMO

FERNANDES, Roberta Aviz de Brito. **Discursos de sustentabilidade:** o caso Paragominas. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

Este trabalho tem como objetivo examinar o papel das dinâmicas de informação e comunicação envolvidas na construção e disseminação de discursos de sustentabilidade, considerando as relações de poder e as dinâmicas de conflito e cooperação. Tais dinâmicas são analisadas, em particular, no estudo do projeto Paragominas Município Verde, implantado no município de Paragominas, Pará. A partir do debate sobre consenso, conflito, cooperação e poder, discute-se como as dinâmicas de informação e comunicação expressam-se na construção de discursos e processos de mobilização para o desenvolvimento sustentável local, examinando-se seus desdobramentos nas ações concretas dos atores envolvidos no projeto Paragominas Município Verde. Parte-se do suposto de que diferentes visões sobre a relação natureza e cultura estão no cerne dos conflitos existentes. A metodologia utilizada foi a realização de entrevistas com representantes dos principais atores locais e análise de literatura. Como resultado, percebe-se a centralidade da troca de informação e da comunicação nos processos de desenvolvimento sustentável e como o discurso da sustentabilidade reforça as relações de poder existente, referindo-se apenas à mudança nas técnicas de apropriação dos recursos naturais, mas não a uma mudança no pensamento econômico ou nas relações sociais e institucionais existentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, ambiente informacional, dinâmicas de informação e comunicação, economia verde, Paragominas.

## ABSTRACT

FERNANDES, Roberta Aviz de Brito. **Discursos de sustentabilidade:** o caso Paragominas. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

This work intends to examine the role of information and communication dynamics on the creation and dissemination of sustainability speeches, considering the power relations and the conflict and cooperation dynamics. Such dynamics are analyzed, in particular, in the project Paragominas Green Town, at the municipality of Paragominas, Pará. From the debate on consensus, conflict, cooperation and power, it is discussed how the information and communication dynamics are expressed in the creation of speeches and the mobilization processes for sustainable development. Its consequences are analyzed considering the actions of the actors involved on the project Paragominas Green Town. It starts with the assumption that the different views on the nature-culture relation are in the center of the existing conflicts. For this study, it was used the methodology of interviews with representatives of major local actors and literature analysis. As a result, the study showed the centrality of information exchange and communication on the processes of sustainable development. It also showed that the sustainability speech reinforces the power relations that already existed, referring only to a change in the techniques of appropriation of natural resources, but not to a change in the economic rational or the social and institutional relations.

Key words: Sustainable development, informational environment, communication and information dynamics, green economy, Paragominas.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1. Localização do município de Paragominas, Pará.....                                                                    | 39 |
| Figura 2. Produção de carvão vegetal com matéria-prima de floresta nativa em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007 (IBGE/PEVS)..... | 43 |
| Figura 3. PIB por setor, Paragominas-PA, 2002-2008.....                                                                         | 43 |
| Figura 4. Valor adicionado bruto por setor, Paragominas-PA, 2002-2008 .....                                                     | 44 |
| Figura 5. Desmatamento, áreas degradadas e floresta em 2008, em Paragominas, Pará. ....                                         | 44 |
| Figura 6. Fronteira do desmatamento em Paragominas, Pará.....                                                                   | 45 |
| Figura 7. Distribuição da pecuária, assentamentos rurais e terras indígenas, 2008.....                                          | 45 |
| Figura 8. Evolução do desmatamento em Paragominas de 2008 a 2010. Fonte: Imazon .....                                           | 70 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1. Área dos assentamentos rurais localizados parcial ou integralmente em Paragominas, Pará. Fonte: Incra., 2008..... | 52 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE SIGLAS

|            |                                                                          |
|------------|--------------------------------------------------------------------------|
| AGITARGMA  | Associação do Grupo Indígena Tembê do Alto Rio Guamá                     |
| Agropec    | Exposição Estadual de Produtos do Campo                                  |
| AMTAPAMA   | Associações dos Povos Tupi do Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão        |
| CAR        | Cadastro Ambiental Rural                                                 |
| CCIR       | Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais                                |
| DLIS       | Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável                           |
| EDF        | Eléctricité de France                                                    |
| Emater     | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                          |
| Embrapa    | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                              |
| FSC/Brasil | Conselho Brasileiro de Manejo Florestal                                  |
| Funai      | Fundação Nacional do Índio                                               |
| Ibama      | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IDEB       | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                             |
| Imazon     | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia                           |
| Incra      | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                      |
| Iterpa     | Instituto de Terras do Pará                                              |
| MMA        | Ministério do Meio Ambiente                                              |
| OAB        | Ordem dos Advogados do Brasil                                            |
| ONG        | Organização não-governamental                                            |
| ONU        | Organização das Nações Unidas                                            |
| PCdoB      | Partido Comunista do Brasil                                              |
| PIB        | Produto interno bruto                                                    |
| Pronaf     | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar              |
| PSDB       | Partido da Social Democracia Brasileira                                  |
| Sebrae     | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                 |
| Sincompar  | Sindicato do Comércio de Paragominas                                     |
| Sindiserpa | Sindicato das Indústrias de Serrarias Paragominas                        |
| SUDAM      | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia                          |
| TI         | Terra Indígena                                                           |
| TNC        | The Nature Conservancy                                                   |
| UMAMP      | União Municipal das Associações de Moradores de Paragominas              |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                                               |           |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>   | <b>Introdução</b>                                                                                             | <b>13</b> |
| <b>2.1</b> | <b>A relação homem-natureza e os conflitos ambientais</b>                                                     | <b>17</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Capital social, um conceito em questão</b>                                                                 | <b>23</b> |
| <b>2.3</b> | <b>Os processos comunicativos</b>                                                                             | <b>25</b> |
| <b>2.4</b> | <b>As relações de poder</b>                                                                                   | <b>30</b> |
| <b>2.5</b> | <b>Reflexões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável</b>                                            | <b>32</b> |
| <b>3</b>   | <b>O ambiente informacional na construção de vias sustentáveis para o desenvolvimento: o caso Paragominas</b> | <b>37</b> |
| <b>3.1</b> | <b>O contexto amazônico e da ocupação de Paragominas</b>                                                      | <b>37</b> |
| <b>3.2</b> | <b>Caracterização dos atores sociais locais</b>                                                               | <b>46</b> |
| 3.2.1      | Grandes fazendeiros                                                                                           | 46        |
| 3.2.2      | Pequenos agricultores                                                                                         | 49        |
| 3.2.3      | Assentados do Incra                                                                                           | 52        |
| 3.2.4      | Governo municipal                                                                                             | 55        |
| 3.2.5      | População urbana                                                                                              | 59        |
| 3.2.6      | Comerciantes e empresários                                                                                    | 60        |
| 3.2.7      | Indústria madeireira                                                                                          | 61        |
| 3.2.8      | Povos indígenas                                                                                               | 63        |
| 3.2.9      | Grandes ONGs                                                                                                  | 65        |
| 3.2.10     | Mineração Bauxita Paragominas                                                                                 | 67        |
| <b>3.3</b> | <b>Projeto Paragominas Município Verde</b>                                                                    | <b>68</b> |
| <b>3.4</b> | <b>A informação e os discursos de desenvolvimento sustentável</b>                                             | <b>73</b> |
| <b>4</b>   | <b>Conclusão</b>                                                                                              | <b>82</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                            | <b>86</b> |
|            | <b>ANEXOS</b>                                                                                                 | <b>92</b> |

## 1 Introdução

O presente estudo debruça-se sobre as dinâmicas de informação e comunicação envolvidas em processos de busca de construção de novas vias para o desenvolvimento local. Examina tais dinâmicas especificamente em uma localidade com histórico de intenso desmatamento e conflitos, marcada por uma crise: o município de Paragominas – PA.

Paragominas tem história de ocupação recente, que remonta à década de 1960, influenciada pela construção da rodovia Belém-Brasília. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensos conflitos agrários, fundiários e ambientais na região. No final dos anos 1990, a indústria madeireira de Paragominas, um dos principais vetores econômicos da cidade, entra em crise, com dezenas de empresas sendo fechadas no período. Iniciou-se, então, desde o início dos anos 2000, um movimento de articulações e negociações para novas alternativas de desenvolvimento. No ano de 2008, Paragominas entra para a lista dos municípios que mais desmatam no Brasil, sendo palco de uma grande operação da Polícia Federal chamada “Operação Arco de Fogo”. A partir de então, a prefeitura municipal, em conjunto com entidades locais, lança o Projeto Paragominas Município Verde, que tem como objetivo a retirada da referida lista e uma alternativa sustentável de desenvolvimento para o município.

Desenvolvimento sustentável foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Este conceito, contudo, vem sendo questionado por diversos autores (ACSELRAD, 2004; ALBAGLI, 1998; ALMINO, 2006; BANERJEE, 2006; REDCLIFT, 2006), por considerar a existência de consenso acerca da questão ambiental, desconsiderando as visões em conflito em torno dessa questão. Aspectos como a finalidade do uso dos recursos naturais e suas significações se mostram hoje centrais nos debates ecológicos e são a base de grande parte dos conflitos ambientais. Acsehrad (2004a) defende que as lutas por recursos naturais são em sua essência lutas por sentidos culturais e critica as abordagens de gestão de conflitos ambientais que buscam um consenso e a homogeneização de visões, ocultando a grande influência das relações de poder.

Observa-se que ao longo da história diferentes concepções da relação homem-natureza influenciam no projeto de uso dos recursos naturais, como, por exemplo, as sociedades ameríndias (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002), pré-modernas ou modernas (LATOUR, 1994, 2004). Percebe-se que os desafios da atualidade nos deparam com a necessidade de formulação de novas abordagens sobre a relação cultura e natureza, que permitirão a construção de uma visão de desenvolvimento baseada na transformação social, a partir da negociação entre os diferentes atores sociais, que pensam de forma distinta, têm conflitos, mas podem articular-se em torno de objetivos comuns. Neste aspecto, as dinâmicas de informação e comunicação assumem papel de grande importância como redes de expressão que, a partir de seu interior, de suas diferenças e seus conflitos, produzem novas subjetividades.

Observa-se uma tendência na literatura a relacionar o desenvolvimento local a processos de cooperação entre os atores locais. Grande parte da literatura atual aponta que ambientes onde há elevado nível de capital social há maior compartilhamento de conhecimentos e inovação, facilitando os processos de desenvolvimento local.

Capital social é um termo que se difunde a partir da década de 1980, muito ligado à noção de confiança, de pertencimento e de interesses e objetivos comuns entre as pessoas, como fruto de padrões de longo prazo, historicamente construídos (BOURDIEU, 1985; COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1993; FUKUYAMA, 1996). Contudo, essas visões vêm sendo criticadas por alguns autores (ALBAGLI; MACIEL, 2003; COCCO, 2006). Questiona-se então se o conceito de capital social consegue efetivamente abarcar o complexo das relações existentes em uma região e até que ponto ele ajuda a compreender a dinâmica de desenvolvimento local.

As abordagens do capital social encontram ressonância junto às teorias de Jürgen Habermas (1974, 1989, 1990) sobre a ação comunicativa e a esfera pública. Estas teorias são criticadas por diversos autores (CRUZ, 2009; HARDT, NEGRI, 2005, 2009; MOUFFE, 1999) por minimizar a importância das relações de poder e do conflito no debate público.

Para se pensar, então, o desenvolvimento sustentável é preciso rever conceitos, considerar as diferenças, os processos de interação, troca de informações, negociações, cooperação e conflitos. A linguagem assume papel primordial neste processo de construção, como comunicação, enquanto construção em comum de significados e instauração do

compromisso pragmático entre os participantes da ação comunicativa; e como expressão da subjetividade, por colocar o ator social frente aos outros, parceiros, públicos ou oponentes (GONZALEZ, 2008). A linguagem se mostra central nas disputas e nas relações de poder, uma vez que o discurso não apenas expressa a luta, mas é, sobretudo, aquilo pelo qual se luta. (FOUCAULT, 1971).

O caso estudado mostra um exemplo de construção deste discurso de desenvolvimento sustentável, as articulações e os processos informacionais e comunicacionais que podem influenciar a mobilização dos atores sociais, considerando as diferentes relações de poder.

Assim colocam-se as seguintes questões a esta pesquisa:

- Qual o papel das dinâmicas de troca de informação e conhecimento como mobilizadoras de processos interativos/comunicacionais para o desenvolvimento local?
- Quais as visões do desenvolvimento sustentável difundida entre atores locais e quais os discursos que são proferidos com relação ao tema?
- Como se dão as relações nos jogos de poder na construção de significações de desenvolvimento sustentável?
- A busca por uma alternativa sustentável de desenvolvimento visa alterar as relações de poder existentes? A que mudanças efetivas estas alternativas se propõem?
- Em iniciativas de desenvolvimento sustentável, contemplam-se diferenças existentes nas relações cultura-natureza ou assume-se uma visão consensual?
- Os conflitos existentes são influenciados por diferentes sentidos culturais da natureza e da relação do homem-natureza?

Os debates acerca do desenvolvimento sustentável mobilizam uma literatura abrangente, a partir de diversas disciplinas. O enfoque dado aqui se concentra nos processos relacionais a partir das dinâmicas de informação e comunicação entre os diversos atores que atuam no município de Paragominas, que possuem distintas percepções das relações natureza-cultura e que, ao final, expressam diferentes significações do conceito de desenvolvimento sustentável.

Deste modo, o presente estudo objetiva examinar o papel de tais dinâmicas, em processos de mobilização e articulação social em ações para o desenvolvimento sustentável

local, considerando as relações de poder e as dinâmicas de conflito e cooperação. O trabalho busca ainda situar o debate sobre consenso, conflito, cooperação e poder, observando o papel atribuído às dinâmicas informacionais e comunicacionais nesse debate; discutir como esse debate se expressa nos processos de mobilização para o desenvolvimento sustentável local; examinar seus desdobramentos nas ações concretas dos atores, em estudo empírico selecionado; e identificar se e como as diferentes visões da relação natureza e cultura influenciam nos conflitos existentes.

O primeiro capítulo apresenta uma breve revisão de literatura, incluindo diferentes visões acerca da relação homem-natureza e como estas visões podem influenciar a geração de conflitos envolvendo recursos ambientais. Ressalta-se aqui o posicionamento de que estes conflitos são expressões das diferenças existentes e devem ser analisados enquanto tais. A partir desta visão, algumas abordagens são questionadas, como a das metodologias de resolução de conflitos e do capital social

Discorre-se, ainda, acerca dos processos comunicativos, ao criticar a visão da esfera pública e do agir comunicativo para formação de consensos racionais e ressaltar a influência das relações de poder nestes processos. Por fim, abre-se uma discussão acerca do conceito de desenvolvimento sustentável e de sua aplicabilidade, defendendo a hipótese de que é necessário rever conceitos e estruturas sociais, considerando as diferentes visões e a constante negociação entre os atores envolvidos.

O segundo capítulo dedica-se a apresentar estudo de caso de Paragominas e seus processos de desenvolvimento sustentável, em torno das dinâmicas de informação e comunicação em torno das quais se constroem e, eventualmente, se impõem discursos de sustentabilidade. Contextualiza-se o caso, ao apresentar um breve histórico da Amazônia e de Paragominas. Analisam-se o projeto Paragominas Município Verde, as dinâmicas sociais do município, os discursos acerca do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações.

O quarto e último capítulo tece algumas conclusões acerca do papel da informação e da comunicação, as relações de poder, o consenso e os conflitos para a temática do desenvolvimento sustentável, a partir das questões e objetivos colocados a esta pesquisa.

## **2 Desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade de um conceito**

### **2.1 A relação homem-natureza e os conflitos ambientais**

O final do século XX e a primeira década do século XXI foram marcados pelo crescimento da importância do debate acerca do meio ambiente em sua relação com os processos de desenvolvimento. Conforme Acsehrad (2004a), há duas formas de se conceber a questão ecológica. A primeira, muito difundida a partir da década de 1990, refere-se à problemática da quantidade de matéria e energia existente no planeta. Sob este enfoque, os recursos do planeta são finitos e, portanto, temos que economizá-los para postergar seu fim por meio do combate ao desperdício. Acsehrad afirma que a abordagem da crise ambiental como esgotamento dos recursos naturais leva à aparente necessidade de uma “consciência ambiental” com cooperação e o consenso “supraclassista” de todos. Nesta visão, o meio ambiente é único e, assim, a consciência ambiental também é única. Foi seguindo esta linha de pensamento que se estabeleceu a noção de segurança ecológica, pois se temia que a estabilidade do sistema internacional estivesse ameaçada por conflitos motivados pela escassez de recursos.

O início dos anos 2000 apresenta outra visão sobre a questão ecológica. Se os recursos do planeta são finitos, a questão não é apenas como economizá-los para postergar seu fim, mas também e, principalmente, com que fim usar estes recursos. O debate principal deixa de ser quantitativo para focar nas finalidades dos usos dos recursos naturais. Por esta visão, a natureza não é vista de forma quantitativa, mas de forma cultural, histórica e dotada de significado.

Acsehrad (2004a) discorre que há três tipos de práticas na interface entre o mundo social e a base material: (i) as formas técnicas de apropriação do mundo material, relativas ao modo como se transforma o meio biofísico, ao padrão tecnológico das diferentes atividades; (ii) formas sociais de apropriação do mundo material, ou seja, a desigualdade de poder (distribuição, acesso, posse e controle) sobre os recursos naturais; (iii) formas culturais de apropriação do mundo material, isto é, as diferentes atribuições de significados do espaço biofísico. Os diferentes modos de apropriação do mundo material pelas pessoas articulam as formas técnicas, sociais e culturais. Assim, as sociedades possuem diferentes projetos de uso, significação e entendimentos dos recursos naturais

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais etc. (ACSELRAD, 2004a, p. 15)

Os diferentes significados dados pelo homem à natureza influenciam sua forma de se relacionar com ela. De uma perspectiva antropológica, Viveiros de Castro, por sua vez, em diversos estudos, olha essa questão analisando as diferenças entre a percepção da cultura ameríndia e a da cultura ocidental sobre a relação homem e natureza. A visão ocidental considera a existência de uma única natureza, mas várias culturas diferentes, o que Viveiros de Castro (1996) chama de “cosmologias multiculturalistas modernas”. A unicidade da natureza é garantida pela universalidade dos corpos, isto é, a natureza é a mesma em todo o universo, com leis científicas universais. Todo ser ou objeto é composto de células que, em sua essência, possuem a mesma natureza. Ainda dessa perspectiva, o que diferencia o ser humano dos outros seres e mesmo entre nós mesmos é a nossa cultura, “a particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.116); o homem era um animal que evoluiu e por meio de sua evolução cultural se diferenciou dos outros animais. Assim, sob esta visão, o homem é em sua essência animal, mas um animal racional, um animal que pensa e por isso se diferencia.

As culturas ameríndias possuem outra abordagem em relação à humanidade, que não é vista como um estado, mas sim uma essência.

As categorias de Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só subsumem conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais – elas não designam províncias ontológicas, mas apontam para contextos relacionais, perspectivas móveis, em suma, pontos de vista. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.116)

A “cultura” ou o sujeito seria aqui a forma universal, enquanto a “natureza” ou o objeto a forma do particular (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Ao seguir esta lógica, os ameríndios acreditam que todos os animais eram humanos e é a sua natureza que os distingue.

A forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma “roupa”) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs. Essa forma interna é o espírito do animal: uma intencionalidade ou subjetividade formalmente idêntica à consciência humana, materializável, digamos assim, em um esquema corporal humano oculto sob a máscara animal. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 117)

Viveiros de Castro dá o exemplo do sangue e da cerveja. No perspectivismo ameríndio, para o jaguar o sangue é a cerveja. Isto não quer dizer que o sangue se transforme

em cerveja quando o jaguar o bebe, mas sim que a relação do jaguar com o sangue é análoga à relação do homem com a cerveja. Nesta mesma perspectiva, para o jaguar os outros jaguares são homens e os homens é que são animais, sejam eles presas ou predadores.

Todos os seres “veem” (representam) o mundo da mesma maneira – o que muda é o mundo que eles veem. [...] Os animais veem da mesma maneira que nós coisas diversas do que vemos porque seus corpos são diferentes dos nossos (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.127).

A humanidade é, então, a condição dos iguais, daqueles que possuem a mesma natureza e se veem como tal. Assim, quando o índio diz que o bicho é gente, ele não está dizendo que o animal é igual ao homem, ele afirma que o bicho possui em sua essência a humanidade. O conceito de bicho e o conceito de gente são diferentes daqueles usuais na sociedade ocidental. Para os ameríndios, “gente” não significa membro da espécie humana, mas o sujeito que é capaz de um ponto de vista, uma perspectiva. O referencial comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição (DESCOLA, 1986 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Uma anedota da época do descobrimento da América explicita esta diferença, conforme mostra Lévi-Strauss (1973 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Os espanhóis quando chegaram à América queriam saber se aqueles seres que ali encontraram, os índios, eram gente. Para isso, eles precisavam saber se os índios possuíam alma, afinal era a alma (ou pode-se dizer nos termos de hoje, a cultura) que diferenciava os homens dos animais. Já os índios, quando viram os ocidentais também precisavam saber se eles eram gente como eles. Para isso, era preciso saber se eles possuíam o mesmo tipo de corpo que os índios. Assim, há vários relatos de afogamentos de europeus pelos índios, afinal, eles precisavam saber se o corpo dos espanhóis reagiria da mesma forma que o corpo do índio, sendo, portanto homem como o índio.

Assim, a significação da natureza atribuída pelo índio é muito diversa daquela atribuída pelo ocidental. Para os ameríndios, cultura e natureza são parte de um mesmo campo sociocósmico, pois não correspondem a substantivos, mas a pronomes ou perspectivas. E esta diferença de significados está intimamente relacionada ao modo diferenciado de relação destas duas sociedades com a natureza. Na visão ameríndia, a partir do momento que todos os animais possuem a mesma cultura, uma humanidade, e apenas corpos diferentes, homem e natureza estão conectados de tal forma que não é possível pensar nenhuma ação humana que

não tenha consequências na natureza e vice-versa. Para os ameríndios, todas as questões envolvem tanto o homem quanto a natureza. Os ameríndios não somente passariam ao largo do Grande Divisor cartesiano que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) antecipa as lições fundamentais da ecologia, que apenas agora estamos em condições de assimilar (REICHEL-DOLMATOFF, 1979 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Bruno Latour (2004) assinala que foi a partir da modernidade e da ascensão do pensamento cartesiano que passou a dominar na sociedade ocidental a ideia da separação clara entre as questões da sociedade e as questões da natureza. O que era da natureza, a ciência estudaria e desvendaria. As questões do homem estavam a cargo das ciências sociais, caberia a elas estudá-las e organizá-las. Assim, coube aos antropólogos estudar as sociedades ditas primitivas, aquelas com as quais a modernidade havia rompido. A modernidade representa um contraste com este passado considerado arcaico. O autor ressalta que o primeiro reflexo dos antropólogos foi tomar os “primitivos” como “filhos da natureza”, um intermédio entre o animal, o humano e o ocidental que jamais viveu na natureza. Em um segundo momento, as populações tradicionais eram vistas como aquelas que viviam em harmonia com a natureza, elas a respeitavam e a protegiam. À medida que os estudos avançaram, descobriram-se diversos exemplos de destruição de ecossistemas e de desarmonia. Enfim, os antropólogos perceberam que a questão não era a relação simpática destas sociedades com a natureza, mas sim a forma de ordenamento do mundo, que não fazia distinção abrupta entre as coisas e as pessoas. “A diferença não vinha de que os selvagens tratassem bem a natureza, mas, antes, que eles não a tratavam de todo” (LATOUR, 2004, p.84). A questão não era que as outras sociedades misturavam a ordem social e a ordem natural, mas que elas ignoravam a distinção entre elas.

A modernidade insistiu em dividir os seres em duas classificações, dois coletivos distintos, as coisas e as pessoas. Latour (1994) afirma que, apesar da tentativa constante dos modernos em separar a cultura da natureza, os híbridos sempre existiram. Os híbridos são aqueles que não conseguimos ao certo saber se estão na categoria cultura ou natureza. Quando se fala em aquecimento global, por exemplo, o aumento da temperatura da terra está associado a ações humanas como a emissão de gases carbônicos nas atividades produtivas. Assim, em uma mesma reportagem de jornal lêem-se os fatos científicos sobre a temperatura da terra e também a opinião e a postura de um chefe de estado sobre a redução dos gases de

efeito estufa. Os híbridos estão por todos os lugares e são cada vez mais numerosos. Latour argumenta que foi justamente esta atitude moderna de ignorar os híbridos que fez com que eles proliferassem. Os híbridos não são um fenômeno do pós-modernismo, eles sempre estiveram presentes desde os pré-modernos passando inclusive pelos “modernos”.

Quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam. Quanto mais a ciência é absolutamente pura, mais se encontra intimamente ligada à construção da sociedade. A Constituição moderna acelera ou facilita o desdobramento dos coletivos, mas não permite que sejam pensados. (LATOUR, 1994, p.47)

Os “modernos” acreditaram ter empreendido uma grande ruptura na história. “Não se sentem distantes da Idade Média por alguns séculos, mas separados dela por revoluções copernicanas, cortes epistemológicos, rupturas sistêmicas que são tão radicais que não sobrou nada mais deste passado dentro deles – que nada mais deste passado deve sobreviver neles” (LATOUR, 1994, p.68). E, quanto mais os modernos acreditavam ter rompido em definitivo com o passado, mais sentiam a necessidade de preservar este passado longínquo.

A destruição maníaca é paga simetricamente por uma conservação maníaca. Os historiadores reconstituem o passado nos mínimos detalhes com um cuidado muito maior, pois este se perdeu para sempre. (LATOUR, 1994, p.68)

Para os modernos o futuro estaria na completa separação entre a natureza e o homem, a ciência e sociedade. Pertencia ao passado tudo aquilo que confundia as duas coisas. A temporalidade moderna é marcada por aquilo que não tem história, mas emerge na história, as coisas da natureza, e aquilo que nunca deixa a história, trabalhos e paixões do homem (LATOUR, 1994). O futuro era o progresso das técnicas, a separação clara entre a sociedade e a natureza, esta vista como um grande depósito de materiais para o progresso. Tudo aquilo que não avança no ritmo do progresso é considerado por eles como arcaico, irracional ou conservador (LATOUR, 1994). Os anti-modernos seriam aqueles que buscavam um retorno ao tempo dos selvagens, um retorno a um tempo onde a relação do homem com a natureza seria respeitosa.

Contudo, a proliferação dos híbridos rompeu com a temporalidade moderna. A mediação entre as coisas e os homens sempre misturou épocas. “Somos trocadores e misturadores de tempo” (SERRES 1992 *apud* LATOUR, 1994, p.74). Não se pode dizer se um híbrido está adiantado ou atrasado. Latour (1994) cita alguns exemplos destes híbridos inclassificáveis no tempo:

Ninguém pode classificar em um único grupo coerente os atores que fazem parte do “mesmo tempo”. Ninguém mais sabe se o urso dos Pireneus, os kolkozes, os aerossóis, a revolução verde, a vacina anti-varíola, a guerra nas estrelas, a religião muçulmana, a caça à perdiz, a Revolução francesa, os sindicatos da EDF, a fusão a frio, o bolchevismo, a relatividade, o nacionalismo esloveno, etc., estão fora de moda, em dia, são futuristas, intemporais, inexistentes ou permanentes. (LATOUR, 1994, p.73)

O tempo agora é visto mais como uma espiral do que como a seta moderna que apontava para a direção do futuro sem possibilidade de retorno. Na espiral do tempo, avança-se sempre retornando e retomando o passado. E a questão da relação do homem com a natureza também deve entrar nesta espiral. Ela deve ser nova, mas ao mesmo tempo antiga, não é a concepção do progresso moderno, mas também não se adéqua ao retorno à vida selvagem. A sociedade se vê à procura de um novo projeto de relação homem-natureza. E as diferentes significações que cada um atribui à natureza moldam concepções alternativas deste projeto de relação.

Neste estudo, parte-se do ponto de vista de que estas concepções alternativas, os diferentes entendimentos sobre o meio ambiente, e os diferentes projetos de uso dos recursos naturais estão na base dos conflitos ambientais que vemos hoje.

A partir da análise dos conflitos ambientais, Acseirad (2004a) define as quatro dimensões constitutivas desses conflitos: (i) apropriação simbólica; (ii) apropriação material; (iii) durabilidade, isto é, a continuidade dos modos de apropriação material, da existência da base material da qual depende uma forma social; e (iv) interatividade espacial das práticas sociais, ou seja, a ação cruzada de uma prática sobre a outra.

Acseirad (2004a) sustenta ainda que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva e estas lutas por recursos ambientais são, em sua essência, lutas por sentidos culturais.

Desta forma, deveria haver

um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre os distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. [...] Não se procura aqui entender como diferentes atores se somam na defesa de um mesmo “todo ambiental” dado, mas como a defesa do “todo ambiental” é construída a partir da defesa de projetos parcelares. (ACSEIRAD, 2004a, p.14, p.20)

Contudo, observa-se que boa parte das abordagens em relação aos conflitos ambientais que se veem hoje busca menos compreender a fundo tais conflitos, do que resolvê-los buscando um consenso. São criadas, assim, estratégias, metodologias e tecnologias de

resolução de conflitos ambientais para se ter paz e harmonia, sem evidenciar a natureza política do conflito (ACSELRAD, 2004a).

Jacques Rancière (1996 *apud* ACSELRAD, 2008a), em sua teoria da pós-democracia consensual, afirma que as tecnologias de formação de consenso tratam o conflito como um problema a eliminar. Os conflitos que permanecem são vistos como falhas no processo de consenso e não expressão das diferenças existentes entre os atores sociais.

Do mesmo modo, outras abordagens vinculam processos de desenvolvimento com a existência do chamado “capital social”, tratado no item a seguir.

## **2.2 Capital social, um conceito em questão**

Capital social é um conceito ainda em evolução, com definições de diversos autores. Tanto seu significado quanto a definição de suas fontes, seus fatores determinantes, seu modo de operar e também suas consequências são vistos de forma diferente pelos vários autores que trataram do assunto.

A revisão da literatura (ALBAGLI; MACIEL, 2003; COCCO, 2006; LOEBEL, 2004; PC, 2003) aponta que alguns dos autores mais relevantes no debate sobre o capital social são Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Francis Fukuyama, entre outros. Bourdieu(1985 *apud* ALBAGLI; MACIEL 2003) define o capital social como “o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento”. Já Coleman (1988)define o termo como elevado nível de confiança, com canais abertos de troca de informações e ideias, normas e sanções efetivas. O autor afirma que o capital social é uma variedade de entidades que são aspectos da estrutura social e facilitam a ação de atores. Putnam (1993*apud* ALBAGLI; MACIEL 2003) afirma que as redes, as normas e a confiança facilitam a ação conjunta em prol de objetivos comuns. Putnam ressalta ainda que a confiança é alcançada por forte tradição de ação comunitária. Para Fukuyama (1999 *apud* PC, 2003), capital social são as normas informais que promovem a cooperação entre os indivíduos. O autor afirma que a confiança deve ser vista como característica cultural difundida em uma sociedade e o capital social como uma forma de minimizar os conflitos (FUKUYAMA, 1996 *apud* ALBAGLI; MACIEL 2003).

Estes autores possuem em comum alguns pontos como: a confiança enquanto elemento chave no conceito de capital social; a importância das redes e normas sociais; o capital social enquanto recurso que as pessoas podem usar para atingir certos objetivos, apesar do indivíduo não poder possuí-lo no sentido formal da palavra; e a possibilidade do capital social surgir em todos os níveis da sociedade.

Assim, grande parte da literatura sobre capital social enfoca a importância das relações harmoniosas entre grupos homogêneos. Albagli e Maciel (2003) ressaltam, contudo, que questões relativas à desigualdade de poder, conflitos e diferenças vêm aos poucos sendo consideradas no âmbito de parte da literatura que trabalha com o conceito de capital social. Putnam (2000 *apud* PC, 2003) busca trabalhar a heterogeneidade existente e classifica o capital social em três tipos:

- a) Capital social de ligação (*bonding*): aquele referente à relação entre grupos homogêneos, entre pessoas com características similares. O capital social de ligação reforça a ligação dentro de um determinado grupo e se mostra positivo para reforçar reciprocidade e mobilizar solidariedade.
- b) Capital social de ponte (*bridging*): refere-se às ligações entre grupos heterogêneos, com características diferentes. Um alto nível de capital social de ponte facilita o acesso a ativos externos e difusão da informação.
- c) Capital social de conexão (*linking*): apresenta-se na relação entre indivíduos ou grupos com diferentes hierarquias de poder, status social e riqueza.

Apesar destes esforços, diversas críticas são tecidas em relação ao conceito de capital social. Critica-se o fato de tratarem capital social como um **estoque** que um determinado território ou grupo pode acumular e, de certa forma, até mesmo quantificar. Se o capital social é visto como estoque, ele deve então ser finito (COCCO, 2006).

Outra crítica apontada é o fato de que o conceito de capital social não leva em consideração os conflitos que dinamizam os territórios. O capital social é sempre visto sob a perspectiva da **confiança** e da cooperação, contudo sabe-se que as formações sociais são estruturas complexas que resultam da construção social de processos históricos de colaboração, competição e **conflito** (ALBAGLI; MACIEL, 2003), sendo que o conflito constitui a mobilização produtiva (COCCO, 2006). A mobilização produtiva é entendida

como aquela da produção biopolítica<sup>1</sup>, das formas de vida, e não apenas da produção econômica.

Uma terceira crítica é o fator **determinista** das abordagens tradicionais do capital social, como se apenas as comunidades que o tenham “acumulado” ao longo de sua história, sejam capazes de promover o desenvolvimento local. Sob este ponto de vista, o capital social é fruto de padrões de longo prazo, historicamente construídos, ou seja, como parte da dinâmica sociocultural de uma comunidade. Desta forma, seria difícil e lenta a mudança das fontes do capital social (COCCO, 2006; ALBAGLI; MACIEL, 2003).

Ainda é criticado o fato de que ocasionalmente os objetivos do grupo são prejudiciais ao bem-estar geral da comunidade, como no caso de gangues, da máfia ou de cartéis. O conceito de capital social poderia, então, abarcar tanto um lado “**bom**”, do ponto de vista da democracia e do bem-estar social, quanto um lado “**ruim**”. Neste sentido, torna-se difícil delinear o critério ético divisor do “bom” e do “mau” capital social (COCCO, 2006).

O alto nível de capital social de ligação pode ainda ter algumas desvantagens, como **restrições** ou até mesmo exclusão dos não pertencentes ao grupo ao acesso a oportunidades, devido à grande coesão existente no grupo. Outro efeito possível para os integrantes do grupo é a restrição ao acesso a novas ideias, e consequente inércia, devido ao isolamento em relação aos não participantes do grupo (PC, 2003).

As abordagens acerca do capital social e as metodologias de resolução de conflitos criticadas por Acselrad em seus estudos encontram ressonância, em grande parte, nas teorias de Jürgen Habermas sobre a ação comunicativa e a esfera pública, assunto tratado no próximo item.

## 2.3 Os processos comunicativos

---

<sup>1</sup> Por biopolítica entende-se aqui “o poder da vida de resistir [às formas de poder dominantes] e determinar uma produção alternativa de subjetividade” (HARDT; NEGRI, 2009, p.57). Hardt e Negri (2006; 2009) interpretam o conceito de Foucault de biopolítica como a produção do ser social, seus afetos, linguagem, valores, relações sociais, por meio da interação entre os corpos. A produção biopolítica é a produção de novas formas de vida, da relação com si próprio e com os outros. É também a criação de subjetividades enquanto resistência, “o campo da imanência” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 47). A produção biopolítica não é apenas econômica, mas também cultural, física e subjetiva.

Um dos primeiros conceitos abordados por Habermas, ainda na década de 1960, foi o de esfera pública, ao publicar o livro *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1962). O livro busca responder à questão, crucial na visão do autor para a teoria democrática, das condições sociais necessárias para um debate acerca de questões públicas onde as decisões são determinadas por argumentos crítico-rationais e não pelo status de seus participantes (CALHOUN, 1992).

Para o Habermas (1974), esfera pública refere-se ao domínio da vida social na qual a opinião pública pode ser formada, com acesso garantido a todos os cidadãos. Habermas (1974, p. 49) afirma que “os cidadãos agem como um corpo público quando deliberam de forma irrestrita, isto é, com a garantia de liberdade de reunião e associação e de liberdade para expressar e publicar suas opiniões, sobre assuntos de interesse geral”. Em seu livro, Habermas ressalta a importância da esfera pública burguesa dos séculos XVIII e XIX, uma vez que esta “institucionalizou não apenas uma série de interesses e uma oposição entre estado e sociedade, como também uma prática de discurso racional-crítico sobre as questões políticas” (CALHOUN, 1992, p.9). Já na época, jovens esquerdistas criticaram o foco idealizado de potencial emancipatório visto por Habermas na esfera pública burguesa, que exclui o proletariado (CALHOUN, 1992). Calhoun (1992) aponta também o fato de que a esfera pública, como Habermas a define, excluiu diversos grupos importantes, como pobres, mulheres, migrantes e outros. Para muitos, a esfera pública de Habermas é um conceito idealizado.

Já Niklas Luhmann (1990, 2000 apud HARDT; NEGRI, 2005, p.330) entende a esfera pública como método funcionalista que transforma as redes de interação social num motor do equilíbrio social. O autor entende que a esfera pública é um sistema complexo onde os diferentes atores sociais, com suas diferentes visões, contribuem para o equilíbrio do sistema como um todo. Assim, para o autor, a esfera pública seria a representação democrática pela livre interação da vasta pluralidade das diferenças. Hardt e Negri (2005) tecem uma crítica a esta visão por dar ênfase na unidade sólida e estável e no equilíbrio do sistema.

Mais tarde, a partir de seus estudos sobre a esfera pública, Habermas desenvolveria sua teoria da ação comunicativa, onde o autor opõe o agir comunicativo ao agir teleológico. Para Habermas, o agir teleológico é aquele orientado ao êxito, que busca causar um efeito em alguém através da fala. Este agir se dá quando a pessoa atua sobre o ouvinte com a intenção

de manipulá-lo. Em oposição, o agir comunicativo é aquele orientado ao entendimento mútuo, que busca um consenso racionalmente motivado. “O conceito de agir comunicativo refere-se ao processo de interação de pelo menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação que se relacionam intersubjetivamente tendo como finalidade a busca cooperativa da verdade que gera o consenso” (GOMES, 2005, p.95).

Habermas contrapõe a orientação para o entendimento mútuo à orientação para o sucesso. Ele afirma que “na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o *sucesso*, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seus adversários (HABERMAS, 1989, p.164). Para Habermas, é preciso buscar o agir orientado ao entendimento mútuo, livre de coerções, onde os atores possam coordenar seus planos de ação, a partir de um acordo baseado em um assentimento racional. “O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações” (HABERMAS, 1989, p. 165).

O processo discursivo é apresentado como um tipo específico de agir comunicativo, onde cada participante argumenta seu ponto de vista e escuta o outro, e juntos fixam a ação em torno do melhor argumento. Por este processo, a construção de acordos entre os atores se dá por meio da argumentação racional.

A ideia de consenso verdadeiro exige dos participantes de um discurso a capacidade de distinguir fielmente entre ser e aparência, essência e fenômeno, ser e dever, para poder julgar competentemente acerca da verdade dos enunciados, a veracidade das emissões e da integridade das ações (HABERMAS, 2001, p. 104 *apud* GOMES, 2005, p. 89, *tradução nossa*).

O discurso é apresentado como um modelo avaliativo das relações sociais, isto é, quanto mais ele for utilizado em uma relação, mais real ela é. O discurso é o critério com o qual se pode distinguir um consenso verdadeiro de um falso. No discurso é preciso “suspender qualquer tipo de coação da ação, neutralizando, desta forma, qualquer outra motivação que não seja a disponibilidade para a busca cooperativa da verdade e do consenso” (GOMES, 2005, p.88).

Em Habermas, o empenho ao discurso é uma questão ética. “Todos os participantes da comunicação podem chegar a um entendimento através da suposição de que o discurso poderá resolver, através de um processo de argumentação, as distorções que por ventura surgirem”

(GOMES, 2005, p. 92). Esta forma de agir comunicativo é apresentada por Habermas como a situação ideal de fala:

Resta a questão de como é possível a proteção de uma situação ideal de fala. Se, primeiro, toda fala tem o sentido de que ao menos os sujeitos se entendam entre si sobre algo, e que, caso necessário, também se entendam discursivamente sobre pretensões de validade postas em juízo; se, segundo, entendimento significa a produção de um consenso racional; se, terceiro, um consenso verdadeiro só pode distinguir-se de um consenso falso por referência a uma situação ideal de fala, isto é, recorrendo a um acordo que contrafaticamente é pensado como se fosse produzido sob condições ideais (HABERMAS, 2001, p.105-106 *apud* GOMES, 2005, p. 90, *tradução nossa*).

Assim, Habermas e seus seguidores defendem que “para que as normas e os arranjos institucionais sejam válidos, eles devem ter sido acordados por todos os afetados por suas consequências, conforme um processo de deliberação” (MOUFFE, 1999, p.747), ou processo discursivo. As principais características deste modelo são:

- a) a participação igualitária e simétrica, ou seja, todos possuem as mesmas oportunidades de falar, questionar e abrir debates;
- b) todos possuem o direito de questionar o tópico da conversa; e
- c) todos possuem o direito de questionar as próprias regras do processo discursivo.

Ou seja, o processo de consenso racional se apoia nos valores de imparcialidade, igualdade, abertura, não coesão e unanimidade.

Habermas ressalta ainda a importância da coordenação e do acordo para se evitarem os conflitos. A questão apresentada pelo autor é: “como é que (pelo menos dois) participantes de uma interação podem coordenar os seus planos de ação de tal modo que Alter possa anexar suas ações às ações de Ego evitando conflitos e, em todo o caso, o risco de um ruptura da interação” (HABERMAS, 1989, p.164).

Diversos autores criticam Habermas pelo idealismo de sua teoria do agir comunicativo, pois não aponta “os conflitos ideológicos ou de classe, nem tampouco considera a disputa por espaços de poder que podem ser delineadas entre grupos organizados da sociedade” (CRUZ, 2009, p. 1615). A ideia de que um consenso possa ser criado por meio puramente de argumentos racionais, sem qualquer tipo de influência de poder, se mostra extremamente limitada a situações quase hipotéticas onde existe um equilíbrio de forças.

A natureza potencialmente consensual (ou pseudoconsensual) da comunicação que ocorre nas sociedades de classe varia conforme a situação em que se realiza o

'diálogo' em questão: se entre indivíduos do *mesmo* lado da divisa social, defendendo os interesses *comuns* de sua classe, ou, em completo contraste, entre indivíduos que se identificam com classes antagonicamente *oposta*. (MÉSZÁROS, 2004, p. 83 *apud* GOMES, 2005 p.88).

O próprio Habermas admite que a ideia de um entendimento livre de qualquer tipo de coação possa parecer ilusória e a esta crítica ele rebate com a possibilidade de uma intersubjetividade existente enquanto manifestação de “condições simétricas do reconhecimento recíproco livre” (HABERMAS, 1990, p. 182). Contudo, o autor não deixa claro se efetivamente é possível viver sob tais condições:

Entretanto, esta ideia não deve ser carregada com as cores da totalidade de uma forma de vida reconciliada e projetada no futuro nos moldes de uma utopia; ela contém nada mais, mas também nada menos, do que a caracterização formal de condições necessárias para formas não antecipáveis de uma vida não fracassada. Não temos promessas de tais formas de vida, nem mesmo *in abstracto*. Delas sabemos apenas que, se pudessem ser realizadas, teriam que ser produzidas por nossa ação conjunta, não isenta de conflitos, mas solidária (HABERMAS, 1990, p. 182).

Habermas já aceita também que há questões que devem permanecer fora do debate público racional como aquelas referentes aos conflitos entre diferentes grupos de interesses sobre a distribuição de recursos, que só podem ser resolvidos por meio de concessões (MOUFFE, 1999). Ele afirma, porém, que estas questões “não negam nem a importância primordial das considerações morais nem a possibilidade prática do debate racional como forma principal da comunicação política” (HABERMAS, 1991, p.448 *apud* MOUFFE, 1999, p.748).

Hardt e Negri (2005, p.329-30) defendem que os conceitos de esfera pública e ação comunicativa de Habermas são utópicos e até mesmo irrealizáveis, “pois seria impossível isolar a nós mesmos, nossas relações e nossa comunicação fora da instrumentalidade do capital e dos meios de comunicação de massa”. Os autores também criticam Habermas afirmando que, ao longo de sua carreira, cada vez mais o autor abandona a possibilidade de transformação social com um projeto que objetiva manter a ordem social, baseada em um esquema formal transcendental. “As noções de Habermas da razão e ação comunicativa chegam a definir um processo que media constantemente toda a realidade social, assim aceitando e até mesmo reforçando os termos constantes da ordem social existente” (HARDT; NEGRI, 2009, p.18).

Os autores (2005) afirmam ainda que a opinião pública não seria uma voz unificada, um ponto médio de equilíbrio social ou ainda uma forma de representação ou sujeito democrático, mas sim um campo de conflito. “Um campo de conflito definido por relações de poder nas quais podemos e devemos intervir politicamente, através da comunicação, da produção cultural e de todas as outras formas de produção biopolítica. Esse campo da opinião pública não é um campo de atuação equânime, e sim radicalmente assimétrico” (HARDT; NEGRI, 2005, p.333).

A comunicação e a opinião pública têm dois aspectos: se por um lado recebemos constantemente mensagens e significados da mídia e de outros meios, por outro essa recepção não é passiva, “estamos constantemente extraindo novos significados de nosso mundo cultural, resistindo às mensagens dominantes e descobrindo novos modos de expressão social” (HARDT; NEGRI, 2005). Assim, a comunicação é sempre produtiva de (inter)subjetividades.

## **2.4 As relações de poder**

Ao enfatizar a esfera pública como um ambiente isento das questões de poder e dos antagonismos e onde o consenso racional pode ser atingido, o modelo de Habermas nega o papel central dos conflitos na política e na formação das identidades coletivas (MOUFFE, 1999). Chantal Mouffe (1999) contrapõe-se a Habermas ao afirmar que o mundo social é constituído por atos de poder e que é impossível pensar qualquer tipo de relação fora do poder. Ela acredita ser impossível chegar a um consenso racional sem exclusão, pois na sua visão “todo consenso existe como resultado de uma hegemonia provisória, como a estabilização do poder e sempre leva a algum tipo de exclusão” (MOUFFE, 1999, p.756). Para tanto, a autora baseia-se, entre outros, nos estudos sobre as relações de poder realizados por Michel Foucault.

Foucault afirma que “uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração” (1995, p.246) e ainda que “as relações de poder se enraizam no conjunto da rede social” (1995, p.247). Para o autor, não existe uma centralidade do poder, mas um sem número de micropoderes exercidos de forma capilar (FOUCAULT apud HARDT; NEGRI, 2009). O poder se caracteriza como um modo de ação não diretamente sobre o outro, mas

sobre a ação do outro. Assim, o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres, que possuem um campo de possibilidades de ação. Portanto, não há confronto entre poder e liberdade, mas sim um agonismo<sup>2</sup>, ou seja, uma relação que é ao mesmo tempo de incitação recíproca e luta (FOUCAULT, 1995).

Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas [insubmissão e liberdade] constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. (FOUCAULT, 1995, p. 248)

Foucault (1995) chama a atenção para a importância da análise das relações de poder em uma sociedade e, para isto, ressalta que é preciso observar os seguintes aspectos:

- a) os sistemas de diferenciações que permitem agir sobre a ação do outro que são, ao mesmo tempo, condições e efeitos das relações de poder. Exemplos dessas diferenças são aquelas econômicas, linguísticas, culturais, nas habilidades e competências e outras;
- b) o tipo de objetivo daquele que age sobre a ação do outro, como por exemplo, manutenção de privilégios, acúmulo de lucro;
- c) os modos ou instrumentos utilizados para exercer o poder sobre o outro, por exemplo, ameaça das armas, efeito das palavras e disparidades econômicas;
- d) as formas de institucionalização deste poder, e;
- e) os graus de racionalização das relações de poder, que pode possuir instrumentos mais ou menos eficazes, uma certeza de resultado maior ou menor, ou ainda o custo da manutenção desta relação.

No caso específico das análises sobre os conflitos ambientais, Acselrad (2004a) também aponta a importância das relações de poder nestes ambientes e ressalta dois espaços de poder existentes:

- a) o espaço de distribuição de poder sobre os recursos do território, marcado por lutas sociais, econômicas e políticas;

---

<sup>2</sup> O neologismo usado por Foucault está baseado em uma palavra grega que significa “um combate”. O termo sugeriria, portanto, um combate físico no qual os opositores desenvolvem uma estratégia de reação e de injúrias mútuas, como se estivessem em uma sessão de luta. (FOUCAULT, 1995, p.245, nota de pé de página)

- b) o espaço das representações, marcado por lutas simbólicas, onde se confrontam os valores, os esquemas de percepção e julgamento, e legitimam a distribuição desigual de poder.

Foucault, por sua vez, ressalta o papel do poder das representações nas relações de poder e chega a afirmar que a história mostra que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1971, p.2).

Para Mouffe (1999, p.755), “a política visa a criação de unidade no contexto do conflito e da diversidade; está sempre preocupada com a criação de um ‘nós’ determinado por um ‘eles’”. Uma democracia deve, portanto, considerar e legitimar os conflitos, abrir espaço para os interesses e valores conflitantes, refutando sua supressão por meio do autoritarismo. Assim, Mouffe acredita na possibilidade de um “consenso conflituoso” e em uma política parte colaborativa, parte conflituosa, a qual ela chamou, conforme neologismo de Foucault, de pluralismo agonístico.

## **2.5 Reflexões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável**

Os discursos acerca do desenvolvimento sustentável têm minimizado os dissensos acerca do tema e afirmam a existência de uma lógica semelhante a todo o mundo, em relação à questão ambiental. A partir desta lógica “elaborada de acordo com a percepção do mundo partilhada pelos que o dominam” (Banerjee, 2006, p.89), pressupõe-se que todos possuem um interesse comum de assegurar o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável é o resultado de uma crescente preocupação acerca da relação entre as questões ambientais, os problemas sociais, como pobreza e desigualdade, e o futuro da humanidade. Suas raízes remontam à Conferência de Estocolmo de 1972. O conceito, contudo, é cunhado como tal na publicação de 1987 da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulada “Nosso futuro comum” ou Relatório Brundland. Nesta publicação, desenvolvimento sustentável é definido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. “A premissa do desenvolvimento sustentável é que este teria condições de

possibilidade de transformar a relação entre natureza, economia e política” (RIBEIRO apud MARIN; CASTRO, 2006, p.17).

Apesar de o desenvolvimento sustentável ser apresentado hoje como uma proposta de discurso unificado, de consenso global, observa-se que há diferentes visões sobre o significado e a aplicabilidade do conceito. Albagli (1998, p.46) afirma que “o desenvolvimento sustentável está longe de ser um conceito homogêneo ou uma estratégia consensual” e aponta duas grandes vertentes de interpretação do conceito. A primeira considera desenvolvimento como crescimento econômico e a questão da sustentabilidade como o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental. A segunda vertente, hoje a mais adotada, defende a importância do equilíbrio entre o econômico, o ambiental e o social.

Contudo, mesmo considerando a segunda vertente, há ainda grandes divergências sobre o significado deste equilíbrio e, ainda, se é realmente possível obter tal façanha. Para Banerjee (2006, p.87), a abordagem de Brundland pretende “conciliar o inconciliável” e Redclift (2006, p.63) ressalta que “muitas vezes os objetivos sociais e ambientais são conflitantes”. Observa-se que ainda há grande debate sobre como maximizar os lucros e garantir o bem-estar ambiental e a quem estas ações realmente beneficiam.

Os conceitos relativos ao desenvolvimento sustentável também são objeto de diversas discussões no meio acadêmico. Acsehrad (2004b) critica o fato de que as definições destes conceitos se baseiam no efeito que se pretende atingir e não nos processos necessários para tal. Para Banerjee (2006), os termos desenvolvimento e sustentabilidade são, por si só, muitas vezes incompatíveis. O autor aponta que sustentar refere-se a dar suporte por baixo, relaciona-se com cuidar e se preocupar com o outro. Já desenvolvimento, para o autor, é o ato de gerenciar, controlar e organizar, pelos princípios da ciência ocidental, de cima para baixo, isto é, exercido por Estados-nações, instituições internacionais e corporações empresariais. Assim, o autor questiona o que é que se pretende sustentar no discurso do desenvolvimento sustentável.

Observa-se que o termo sustentável vem sendo utilizado como sufixo para aquelas práticas desejáveis e é observado em discursos diferentes e, até mesmo, opostos (REDCLIFT, 2006). Banerjee (2006) ressalta ainda que a nova linguagem do desenvolvimento sustentável, com abundância de termos como cidadania, direito das espécies, equidade intergeracional, esmaecem as desigualdades culturais. Acsehrad (2004b) questiona a ideia de

equidade intergeracional, pois não esta percebe a diversidade entre e no interior do presente e do futuro.

Diversos autores ressaltam que este “novo” discurso busca sustentar o modelo econômico vigente e não representa uma quebra no paradigma dominante. Marin e Castro (2006, p.12) observam que o pensamento hegemônico a respeito do desenvolvimento sustentável e da temática ambiental não altera as estruturas econômicas e sociais do capitalismo e não conduz “a um novo contrato social com base em novas relações entre sociedades e natureza”. O desenvolvimento sustentável utiliza a lógica de mercado e visa uma economia global que o planeta possa suportar para sempre, corrigindo os erros do passado, sem alterar o objetivo e a própria ideia do progresso. Assim, as noções tradicionais de capital, renda e crescimento se mantêm. As lógicas do capital, do mercado, do progresso e todo o racional econômico não são questionados (BANERJEE, 2006). Busca-se, na verdade, redefinir o que faz parte do mercado, precificando os recursos naturais. Nas palavras de Acsehrad (2004b, p.9), “traduz-se o meio ambiente em economia para não explicitar o que de conflito político ele encerra”.

Desta forma, “é possível entender que as novas formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental estariam, na realidade, aperfeiçoando e implementando de maneira mais rigorosa as formas já estabelecidas de desenvolvimento econômico” (ALMINO, 2006, p.46). Por estas visões, o objetivo final seria sustentar as atuais formas sociais de apropriação e uso dos recursos naturais (ACSELRAD, 2004b).

Contudo, os discursos acerca do desenvolvimento sustentável buscam mostrar que o mundo entra em um novo paradigma.

A sustentabilidade, como um conceito estabelecido, tem frequentemente disfarçado, em vestimentas mais novas, os conflitos entre agendas do passado. (...) Os “novos” discursos da sustentabilidade têm se revestido de uma nova linguagem – a deliberação, a cidadania, mesmo os direitos das espécies – mas escondem, ou marginalizam as desigualdades e as distinções culturais que têm determinado a agenda ambiental internacional. (REDCLIFT, 2006, p.72-73)

Assim, vê-se que este discurso, que é apresentado por muitos como uníssono, é uma nova forma de legitimação das práticas há muito realizadas pela sociedade ocidental.

A importância da construção de discursos nos jogos do poder deve-se ao fato de que as sociedades podem ser consideradas como “sistemas por onde circulam não só fluxos de

energia, mas também fluxos informacionais” (FRIEDBERG *apud* ACSELRAD, 2004b). Assim, no caso do debate da sustentabilidade, aqueles com maior poder buscam impor aos demais suas concepções acerca da natureza e evitar possíveis conflitos advindos da interação entre sujeitos que possuem diferentes visões sobre os modos de apropriação dos recursos naturais. Contudo, como a concepção de sustentabilidade remete às relações entre as sociedades e suas bases materiais, a luta social sempre está presente devido a esta disputa entre os diferentes modos de apropriação da natureza (ACSELRAD, 2004b). A questão ambiental encerra em si conflitos não apenas pela apropriação real, mas também simbólica dos recursos naturais, das diferentes visões da relação cultura-natureza.

A crise ambiental, vista como problema global, minimiza as diferenças entre nações, povos e culturas e obscurece as diferenças das relações de poder entre eles. Os acordos internacionais visando à sustentabilidade ambiental refletem a visão ocidental de ambientalismo e preservação e fortalecem as grandes instituições, desconsiderando visões alternativas acerca da natureza. Apesar do interesse crescente sobre o conhecimento das populações tradicionais, pode-se observar que a inclusão destas sociedades no capitalismo visa à convergência de produtos e processos (MARIN; CASTRO, 2006), ao agregar à lógica de mercado o conhecimento tradicional. Ademais, os acordos internacionais envolvem “sistemas de informação e de capital desiguais, aos quais grupos e pessoas têm acessos desiguais” (REDCLIFT, 2006, p.57).

Desta maneira, a distribuição de poder existente é reforçada pelos discursos de sustentabilidade, suportados por ambientes e sistemas informacionais hierarquizados. As relações norte/sul também se mantêm, sendo reforçado o antigo paradigma onde os problemas estão localizados no sul e as soluções vêm do norte. O excesso de população do Terceiro Mundo é apontado como um dos grandes problemas da sustentabilidade do planeta, enquanto que o consumo do Primeiro Mundo é apresentado como necessário para o crescimento da economia mundial.

Assim, os países industrializados do norte, a partir de uma “nova consciência ecológica”, oferecem ao mundo duas soluções contraditórias: por um lado, transferem suas indústrias poluentes para os países do sul, e, por outro, ditam soluções de como estes países devem preservar seus ecossistemas. Ao focar a capacidade de suporte da Terra, igualam-se todos como consumidores de matéria e energia, esvaziando o conteúdo social da discussão

(ACSELRAD, 2004b). Os países ricos em florestas e, principalmente, suas populações tradicionais, são vistos por grande parte da literatura sobre desenvolvimento sustentável ou como vítimas ou como beneficiários do desenvolvimento (BANERJEE, 2006). Portanto, esta visão do desenvolvimento sustentável reforça o papel passivo atribuído a estas populações.

Desta forma, para se alcançar o objetivo inicial do desenvolvimento sustentável é preciso rever os conceitos de progresso e desenvolvimento e repensar as relações homem-natureza. É preciso ir além da visão de grande massa homogênea e perceber que as relações são entre populações específicas com ecossistemas específicos. Devem-se legitimar os diferentes atores, considerando a existência de diferentes formas de relação cultura-natureza. Além disto, ecologias alternativas só existirão por meio de visões alternativas de sociedade e política (BANERJEE, 2006). Para tanto, necessita-se realizar mudanças nas organizações, na política e na economia, através de pactos políticos que contemplem as perspectivas de todos, inclusive daqueles que não estão no poder (ACSELRAD, 2004). Banerjee (2006, p. 112) afirma que “isto não requer a busca de alternativas desenvolvimentistas, mas de alternativas de desenvolvimento”. Isto implica uma mudança nas dinâmicas informacionais e comunicacionais, para abranger uma maior participação, dar a oportunidade a todos de expor seu ponto de vista e possibilitar o acesso mais igualitário à informação, bem como a sua produção.

Propõe-se então uma nova visão de desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade é apresentada não como conservação das formas sociais estabelecidas, mas como transformação social. Sustenta-se a necessidade de mudanças nas práticas de significação e ação em relação ao meio ambiente e à sociedade como um todo. Este desenvolvimento sustentável só poderá ser concebido a partir da constante negociação entre indivíduos singulares, em ecossistemas específicos, com diferentes visões do mundo, em suas distintas relações de poder, que se veem compelidos e são mobilizados em torno de uma perspectiva de desenvolvimento baseada em novas relações cultura-natureza.

### **3 O ambiente informacional na construção de vias sustentáveis para o desenvolvimento: o caso Paragominas**

Este capítulo apresenta os resultados do estudo empírico realizado para esta pesquisa, que usou como caso o município de Paragominas e especificamente o projeto Paragominas Município Verde. Este projeto foi escolhido por se tratar de um caso emblemático onde emergem as dinâmicas de cooperação e conflito, a construção e disseminação de discursos sobre o desenvolvimento sustentável na região, a partir de processos de informação e comunicação. A pesquisa foi baseada em uma amostra qualitativa e foram entrevistados 24 atores locais, identificados como representativos dos principais grupos que fazem parte dessas dinâmicas, que são eles: gestores públicos municipais, grandes produtores rurais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), técnicos agrícolas e representantes de entidades governamentais relacionadas à questão rural, empresários locais, lideranças da área urbana, povos indígenas e organizações não-governamentais envolvidas no projeto. O roteiro de entrevistas utilizado, bem como a lista de entrevistados, encontra-se nos anexos deste trabalho.

Na primeira parte deste capítulo se estabelece o contexto onde esses discursos emergem, com a apresentação de um breve histórico da ocupação da Amazônia e, mais especificamente, a formação da cidade de Paragominas, sua economia e os fatores e atores que conduziram ao desmatamento em seu território. A segunda parte é dedicada à caracterização dos atores locais que compõem o ambiente informacional. A terceira parte apresenta o projeto Paragominas Município Verde. Na quarta e última parte do capítulo, é feita uma análise do caso estudado frente ao debate teórico posto no primeiro capítulo.

#### **3.1 O contexto amazônico e da ocupação de Paragominas**

No imaginário brasileiro, a Amazônia ocupou diversos espaços ao longo da história do Brasil. Nos primeiros séculos de ocupação portuguesa, os europeus viam a Amazônia como uma espécie de éden tropical, onde a natureza era valorizada por sua estética, mas a cultura indígena era reduzida a uma “zoologia fantástica” (SANTOS, 2007, p.383). Santos (2007) afirma ainda que as visões do novo mundo, incluindo a Amazônia, oscilavam entre o edenismo e a visão infernal, onde por vezes veem-se representações do paraíso da natureza

exuberante, em outros relatos lê-se sobre o inferno tropical. No século XVIII, prevaleceu a visão naturalista da Amazônia. Os esforços dos europeus neste período se concentraram em catalogar a flora e a fauna existente, inserindo o homem amazônico no contexto do regime geral dos seres vivos, visto enquanto espécie (SANTOS, 2007). Era a natureza do homem o objeto de estudo, descartando-se a importância da cultura no homem amazônico.

A partir do século XIX, e em especial no século XX, prevaleceu no Estado brasileiro a visão administrativa da Amazônia, com seu olhar reformador e disciplinador (SANTOS, 2007). O Estado buscou promover o domínio da Amazônia, por meio da ocupação territorial e da tentativa de reforma dos costumes locais. Contudo, até a década de 1960, a ocupação da Amazônia se deu em surtos e áreas localizadas (BECKER, 2004).

O grande marco da ocupação sistemática da Amazônia pelo Estado brasileiro e sua integração ao Centro-Sul ocorreu em 1959, com a construção da rodovia Belém-Brasília. A partir desse momento, a ocupação se deu de forma contínua e em maior extensão, sendo o processo comandado pelo governo brasileiro, em uma política deliberada de “integração nacional” (BECKER, 2004). Por meio de mecanismos de incentivos, o governo brasileiro buscava atrair empreendedores e capital privado para a ocupação do território. O objetivo era a incorporação de novas terras à economia nacional (CASTRO, 2004) e a diminuição das tensões sociais, decorrentes da expulsão de pequenos produtores rurais do Nordeste e Sudeste pela modernização da agricultura (BECKER, 2004).

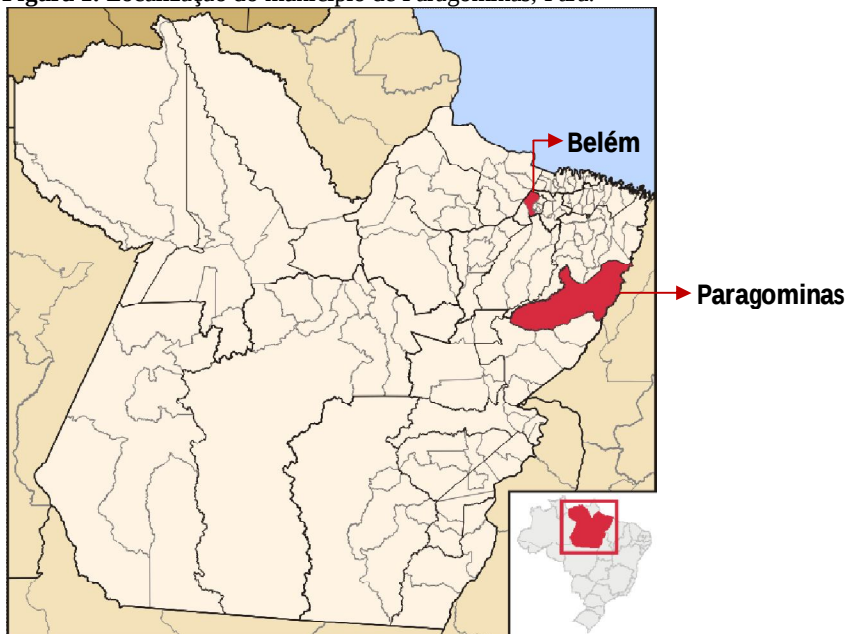
Os anos entre 1964 e 1975 representam o período de estratégias militares de integração nacional (MALATO, 1997). A importância se deve na integração física e econômica da região amazônica, por meio da expansão das redes de transporte e de comunicação. Neste período foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para promover o desenvolvimento regional e inserir a Amazônia na dinâmica das economias nacional e internacional (MALATO, 1997). A intenção neste momento era ocupar economicamente os “espaços vazios”, a partir do desenvolvimento da indústria e da agricultura na Amazônia.

A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical aparecia, aos olhos das elites nacionais interessadas na abertura de novos territórios de recursos, uma oportunidade de mercado. (...) Também atendia aos interesses de controle das fronteiras continentais e de afirmação do compromisso com o projeto de modernização nacional (CASTRO, 2004, p.51).

O governo militar cunha então o slogan “terra sem homens para homens sem terra”, para incentivar, por meio da SUDAM, projetos de colonização pela iniciativa privada.

O surgimento do município de Paragominas se deu justamente nesse contexto, com sua colonização às margens da rodovia Belém-Brasília, a 320 km da capital Belém. A criação da cidade foi realizada por empreendedores privados com o incentivo do governo federal. Segundo Leal (2000, p.22), “quando seus pioneiros pisaram pela primeira vez neste solo, já traziam assinalado, num mapa da região, o local exato onde a cidade seria construída e possuíam um projeto do que viria a ser Paragominas. Portanto, sabiam o que queriam e por onde começar”. O pioneiro colonizador, Célio Rezende Miranda, havia recebido do governo o título das terras no Pará e com os recursos advindos do fracionamento dessas terras e venda de fazendas deveria construir a cidade. A fundação oficial do município ocorreu em 1965 e sua denominação constitui a abreviação do nome de três Estados, origem de alguns dos pioneiros colonizadores do município: Pará, Goiás e Minas Gerais. Contudo, há registros da formação de pequenas colônias agrícolas na região desde a década de 1930.

**Figura 1.** Localização do município de Paragominas, Pará.



A década de 1975 a 1985 foi marcada pela implantação dos Grandes Projetos na Amazônia, como os de mineração (Projeto Grande Carajás), de hidroelétrica (Tucuruí) e dos grandes eixos rodoviários (Transamazônica, Cuiabá-Santarém). “O espaço físico aparecia

recortado por imensas rodovias em cujas margens ocorriam colônias e assentamentos, surgiam pequenas cidades oriundas dos grandes projetos de mineração e cresciam novos e velhos núcleos urbanos de forma seletiva” (MALATO, 1997, p.25). Este processo desencadeou uma rápida expansão da agropecuária, da exploração madeireira e a perda crescente da cobertura vegetal.

Nesse período observou-se na região a intensificação dos conflitos sociais nas áreas de expansão da fronteira com a ocorrência frequente de conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios. As tensões e os conflitos se tornaram a imagem da Amazônia no Brasil, de uma terra sem lei onde prevaleciam a pistolagem, as mortes políticas anunciadas, o trabalho escravo e a chacina. O estado do Pará, em especial, se destacava pela quantidade e pela violência dos conflitos relacionados à terra. Em Paragominas o cenário era o mesmo. As disputas pela terra se intensificaram em clima de violência e houve uma rápida concentração de propriedades. O uso da força e a violência se mantinham como marca dos inúmeros conflitos na região, sendo o município inclusive apelidado de “Paragobalas”. Entre os anos de 1980 e 2001, foram registradas 54 mortes no município de Paragominas advindas da violência no campo (PARÁ, 2002). Apenas no ano de 1985, ápice dos conflitos na região, foram registradas 143 mortes pela violência no campo no Pará (BARATA, 1995).

Observa-se que a política de ocupação da Amazônia tratava o espaço como isótopo e homogêneo (BECKER, 2004, p.121). Além disto, até este período, as preocupações ecológicas ainda eram superficiais e se limitavam ao conhecimento dos recursos naturais da Amazônia. A construção da hidroelétrica de Tucuruí teve papel emblemático na conscientização e mobilização de grupos locais face às novas dinâmicas econômicas e políticas da região (CASTRO, 2004, p.53). O crescimento do movimento dos seringueiros autônomos, na década de 1980, também foi fundamental para a ligação entre a questão social e a ambiental. O movimento obteve apoio de intelectuais e ONGs, nacionais e internacionais, inclusive as ambientalistas, unindo pela primeira vez argumentos ecológicos às demandas dos trabalhadores (PETRINA, 1993). A Amazônia começou a aparecer na mídia internacional pela questão ambiental e pela primeira vez começa-se a ver o território amazônico como um mosaico ecológico, patrimônio de saberes de diversidade cultural (CASTRO, 2004).

A década de 1990 é marcada também pela maior projeção da questão ambiental no mundo, a partir da Eco-92 no Rio de Janeiro. A Amazônia é vista como um “patrimônio

mundial” a ser preservado. Diversas organizações não-governamentais (ONGs) internacionais se voltam para a missão de “salvar” a Amazônia e, no Brasil, cresce o debate sobre a tentativa de internacionalização da Amazônia e a necessidade de afirmá-la como patrimônio nacional. Nesse momento o Estado brasileiro se organiza em torno de um sistema conservacionista e a gestão do meio ambiente passa a ser uma nova função pública. É ainda na década de 1990 que se cria o Ministério do Meio Ambiente e se regulamentam diversas leis criadas na década de 1980 relativas à política de meio ambiente.

A atenção dada à questão ambiental e à Amazônia na mídia internacional traz à tona os ecomercados e uma série de produtos com a marca Amazônia. É também a dos anos 1990 que se observam mudanças estruturais na Amazônia. Becker (2004) aponta seis grandes mudanças:

- a) estrutura de articulação do território – conectividade: as redes de telecomunicações e as rodovias aumentaram a possibilidade de articulação interna e externa da população amazônica, estimulando a migração e o consequente desflorestamento, mas também as alianças e parcerias;
- b) estrutura da economia – industrialização: a Amazônia passou de uma região exclusivamente extrativa para um território de indústrias de extração mineral e de bens de consumo;
- c) estrutura do povoamento – urbanização: nas últimas décadas o crescimento da taxa de urbanização da Amazônia tem sido o maior do país, em 2000, 68,1% da população da Amazônia Legal vivia em cidades e em 2007 essa taxa passou para 74,8% (PNAD/IBGE 2007). Observou-se também um crescimento das cidades médias da Amazônia, concentradas ao longo das rodovias e espaçadas entre si por grandes áreas de florestas;
- d) estrutura da sociedade – organização da sociedade civil: em consequência aos conflitos sociais e ambientais, à conectividade, à mobilidade e à urbanização, a população amazônica cada vez mais se organiza em torno de suas demandas e reivindica o direito a uma região mais organizada;
- e) estrutura de apropriação do território – malha sócio-ambiental: após os intensos conflitos de terra e a pressão do movimento ambientalista, o território é partilhado

entre grandes fazendeiros, pequenos produtores, reservas indígenas, unidades de conservação e outros; e

- f) estrutura do imaginário social – integração: a Amazônia passa a ser vista como uma efetiva região do país.

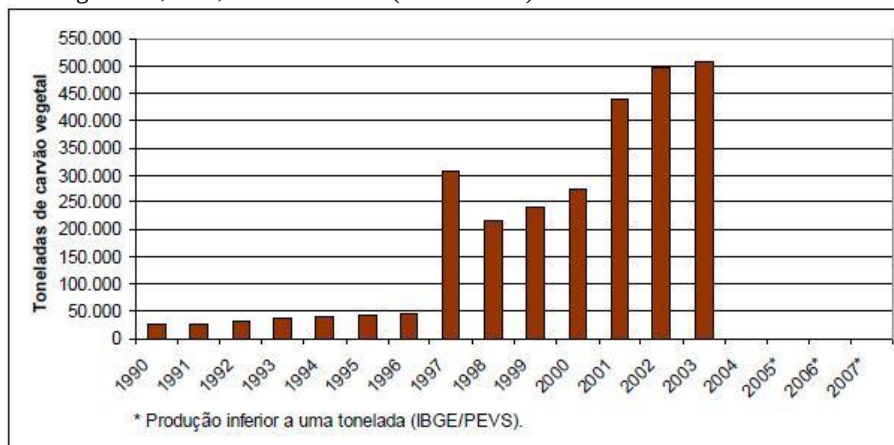
Em Paragominas, até a década de 1970, a perda da cobertura vegetal da região se deveu à ocupação de terra e à agropecuária. Entre as décadas de 1980 e 1990, a extração de madeira passa a ocorrer de forma extensiva e Paragominas se torna o pólo de produção de madeira no Brasil, registrando em 1990, 240 madeireiras (VERÍSSIMO *et al.*, 1992 *apud* PINTO *et al.*, 2009).

Com a extensiva exploração da madeira, sem o correto manejo florestal, ao final da década de 1990 ocorreu a falência de grande parte dessas madeireiras e Paragominas vê-se à beira de uma grande crise econômica. O município inicia, assim, a busca de uma base econômica alternativa à exploração madeireira da floresta nativa a partir da discussão acerca dos negócios verdes e da construção de uma outra imagem para o município, por meio de um discurso ambientalizado.

Na década de 1990, a produção de grãos é vista, como uma das soluções para a crise madeireira. Segundo Lazzarini e Nunes (1998 *apud* SILVA, 2007), no início da década de 1980, houve um deslocamento dos produtores de grãos das regiões sul e sudeste para o centro-oeste. No final da década de 1990, a produção de grãos se desloca para a região amazônica. Assim, com o apoio do Governo do Estado e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é implantada em 1996 a indústria de grãos em Paragominas, produzida em sua maioria por antigos pecuaristas e madeireiros (SILVA, 2007). Em 2005, Paragominas já contava com 49 produtores de arroz, milho e soja.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o setor carvoeiro passa também a contribuir significativamente para a perda da cobertura vegetal. O carvão produzido em Paragominas se destinava principalmente às siderúrgicas de ferro-gusa de Marabá e do Maranhão.

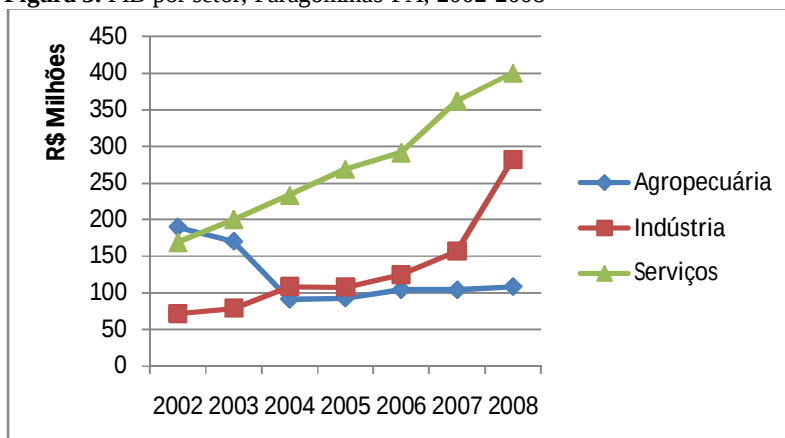
**Figura 2.** Produção de carvão vegetal com matéria-prima de floresta nativa em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007 (IBGE/PEVS).

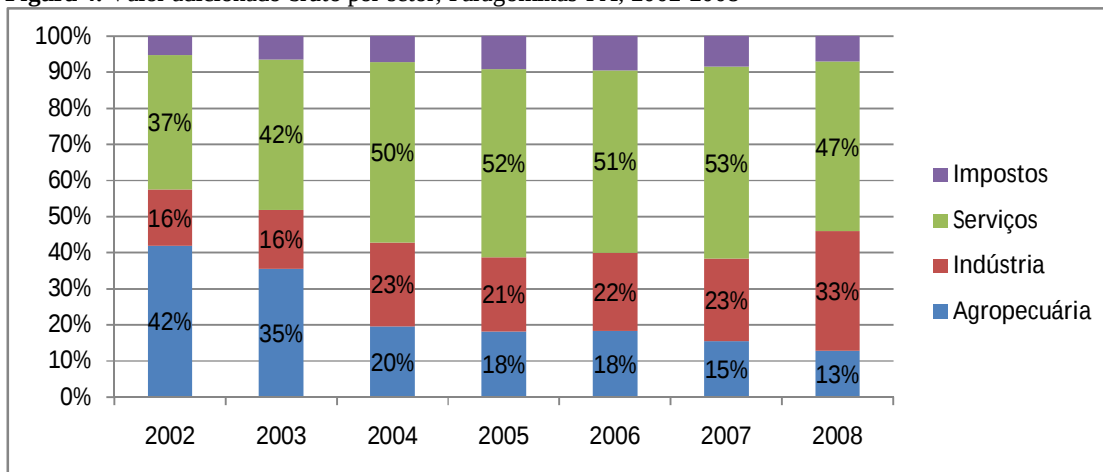


A atividade da mineração também surgiu no município no momento do declínio da indústria madeireira. Apesar dos primeiros estudos sobre a ocorrência de bauxita em Paragominas datarem de 1960 (EMMI, CARVALHO, 2003), foi apenas em 2007 que se inicia a produção comercial da mina, pela então Companhia Vale do Rio Doce.

Paragominas foi o maior criador de bovinos do estado do Pará entre os anos de 1983 a 1992, atingindo seu ápice no ano de 1990 (PINTO *et al.*, 2009). Ainda que a agropecuária mantenha grande peso na economia de Paragominas, essa atividade vem perdendo expressividade a cada ano. Em 2002, representava 42% do produto interno bruto (PIB) do município. Em 2008, sua participação caiu para 13%, com expressivo aumento do setor industrial, devido especialmente à mineração.

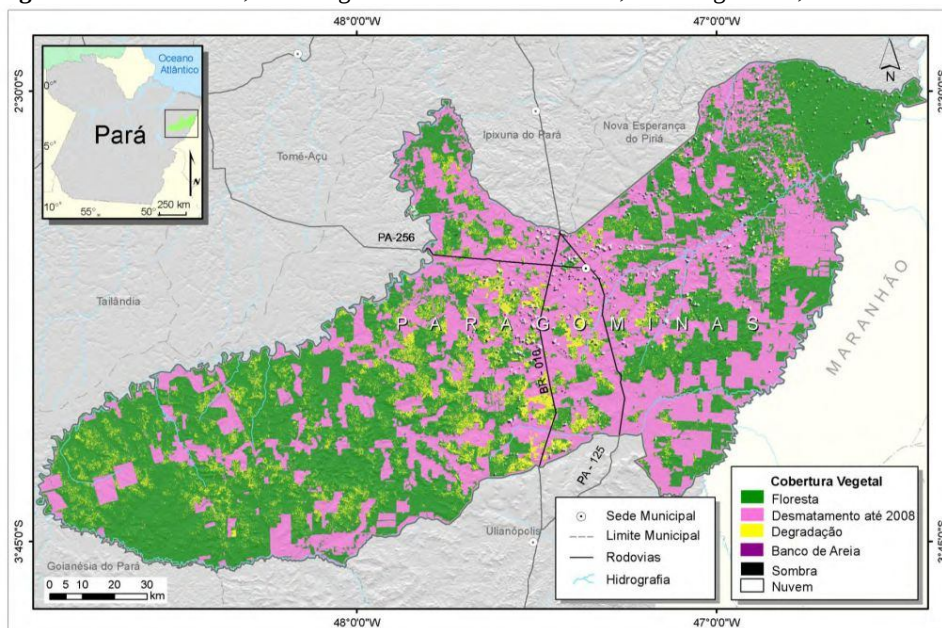
**Figura 3.** PIB por setor, Paragominas-PA, 2002-2008



**Figura 4.** Valor adicionado bruto por setor, Paragominas-PA, 2002-2008

A monocultura de árvores vem aparecendo como uma opção para o município e estima-se que hoje haja aproximadamente 40 mil hectares de plantio de árvores no município, em sua maioria das espécies paricá e eucalipto.

De acordo com Pinto *et al* (2009, p.27) originalmente, o município de Paragominas era inteiramente coberto por floresta tropical. Em 2008, 45% de sua área estavam desmatados ou altamente degradados. O restante (55%) do território está coberto por florestas em diversos estágios de uso e conservação.

**Figura 5.** Desmatamento, áreas degradadas e floresta em 2008, em Paragominas, Pará.

Elaboração: Imazon.

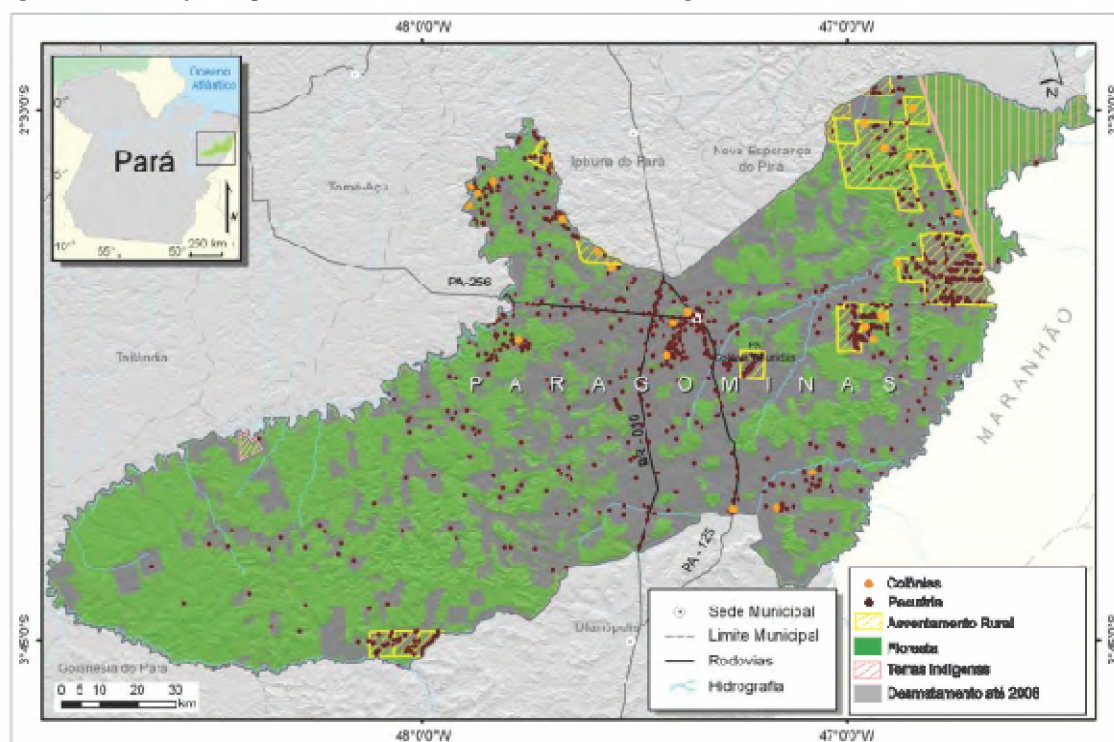
**Figura 6.** Fronteira do desmatamento em Paragominas, Pará.



Imagem: Fundo Vale.

Em 2008, a pecuária de grandes fazendas ocupava 80% da área desmatada do município, a agricultura familiar 14,5% e o cultivo de grãos 4,5%.

**Figura 7.** Distribuição da pecuária, assentamentos rurais e terras indígenas, 2008.



Elaboração: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

Assim, evidencia-se a existência de diversas perspectivas, visões e interesses sobre a Amazônia, ao longo dos anos. Os debates acerca do uso e apropriação de seus recursos e da relação cultura-natureza continuam atuais e envolvem cada vez mais as diferentes escalas mundiais, o global, o nacional e o local, que se interrelacionam por meio de dinâmicas de informação e comunicação.

O caso de Paragominas se insere nesta dinâmica de debates sobre o presente e o futuro da Amazônia, em especial, e da relação cultura-natureza, em geral.

### **3.2 Caracterização dos atores sociais locais**

Diversos são os atores que compõem o ambiente informacional e comunicacional do caso estudado. Foram escolhidos alguns dos grupos mais relevantes para o debate sobre os discursos de desenvolvimento sustentável, nos quais as entrevistas foram baseadas.

#### **3.2.1 Grandes fazendeiros**

Como apontado na sessão anterior do capítulo, no município de Paragominas houve uma expressiva concentração de terras com a formação de grandes fazendas pecuárias, que por muitos anos foi a principal atividade econômica da região.

A pecuária sofreu algumas crises na região. A primeira crise identificada foi no início dos anos 1980 e se deveu ao uso de gramíneas não adequadas que se espalharam pela região. Nessa época ocorre o *boom* da indústria madeireira na cidade. Com os resultados financeiros da madeira, novos investimentos são feitos na pecuária, que se reergue. Entre os anos de 1994 e 1995, os pecuaristas enfrentam novamente problema com as gramíneas e a pecuária entra em crise mais uma vez. É quando se instala a agricultura de grãos em grande escala e a monocultura de árvores.

Os fazendeiros da região formam, contudo, desde a criação da cidade, grande parte da elite de Paragominas e são, historicamente, um dos principais grupos tomadores de decisão do município. Este grupo está organizado por meio do Sindicato dos Produtores Rurais. O sindicato é uma instituição forte no município, com grande influência sobre a gestão pública

local. Sua sede está localizada no Parque de Exposições, com 15.800 m<sup>2</sup> de área no centro da cidade, local da Exposição Estadual de Produtos do Campo (Agropec).

O sindicato tem um papel importante tanto na disseminação de informações sobre e para os produtores rurais, como na divulgação para a sociedade como um todo de informações acerca da produção agropecuária e das práticas dos produtores. Um de seus maiores desafios é trabalhar a melhoria da imagem do pecuarista da região, que atualmente está extremamente desgastada. Nas palavras de um dos entrevistados:

A sociedade é o nosso cliente. Então é muito ruim para nós [que] a sociedade [veja] a nossa atividade de pecuária como desgraça, que só faz coisas ruins. Isso não é legal para mim. Eu vendo o meu produto para um cliente que me enxerga como bandido. Eu sou hoje pior do que traficante de drogas. Na verdade a gente quer levar e mudar isso aí. Ter uma relação legal entre o produtor e o cliente, que é a sociedade. Nós queremos fazer no sindicato esse canal de comunicação (informação verbal)<sup>3</sup>.

A sociedade está cada vez mais pressionando os produtores rurais para a legalidade de suas relações trabalhistas e a aplicação de práticas ecológicas, pressão esta que tem afetado diretamente os negócios dos pecuaristas e grandes agricultores. O histórico de descumprimento da legislação trabalhista na região, inclusive com inúmeros casos de trabalho análogo ao escravo, aumentou a fiscalização, forçando os fazendeiros a se adequarem. Na visão da classe, o poder público é mais duro com os proprietários da Região Norte e a mídia dá um caráter sensacionalista às infrações trabalhistas na região.

Onde aperta? Aperta na questão trabalhista. (...) Por exemplo, se você for em São Paulo ou no Rio de Janeiro ou Minas Gerais, tiver uma fiscalização e tiver um funcionário sem carteira assinada, você tem um funcionário sem carteira assinada. Você leva uma multa. Se vier aqui no Pará e tiver, é um escravo, libertaram um escravo. No nosso ponto aqui, ele é muito mais radical. (informação verbal)<sup>4</sup>

Para o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, as pressões trabalhistas estão diretamente ligadas à pressão ecológica na Amazônia. Mas como as primeiras são mais intensas e com consequências mais imediatas que as segundas, a opção dos produtores rurais foi a de priorizar a adequação à legislação trabalhista sobre a legislação ambiental.

A parte trabalhista foi uma coisa que nos preocupou muito porque ela era muito imediata, muito rápida. A questão ambiental, você tinha condições de funcionar mais devagar. Até porque quando você é multado pelo Ibama você pode recorrer, trabalhar, não sei o que. Quando você é multado pelo Ministério do Trabalho, meu amigo, te levam tudo. Ou você paga. Aqui por exemplo, as fiscalizações que estiveram aqui, quando pegaram as pessoas, você ficava confinado na polícia, você

<sup>3</sup>Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

<sup>4</sup>Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

tinha levar em espécie para poder acertar com um por um. Ela era muito mais eficaz, mais dura. Então foi uma parte que nós trabalhamos bastante. A consciência já mudou. (informação verbal)<sup>5</sup>

Para os produtores rurais, apesar das práticas da classe já terem mudado, a visão da população em geral sobre os pecuaristas ainda se mantém, baseada nas práticas que ocorriam entre os anos 1960 e 1990. Na fala do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais: “Hoje aqui na Amazônia, as pessoas hoje veem muito o presente e querem julgar todo o nosso passado pelo presente hoje” (Mauro Lúcio Costa, em entrevista concedida em 16/11/2010). Em relação ao meio ambiente, os produtores sustentam o discurso que o desmatamento ocorreu porque eles foram incentivados pelo governo a praticar tal ato, que este era o único meio de demarcar a ocupação de suas terras e, ainda, que eles não possuíam conhecimento da região nem tecnologia para fazer diferente.

Eu vim para cá para poder desmatar. O intuito nosso, nós fomos convidados, viemos para cá para poder fazer isso. (...) A maioria dos produtores venderam as suas matas, que era as madeiras, porque se não perdiam as áreas. Outros derrubavam para evitar as invasões. Houve um grande desperdício. Você não conseguia segurar. O governo nesse tempo, ele sumiu. Então as invasões eram muito grandes nas áreas. (...) Outros derrubavam e metiam fogo, para não perder a terra. (...) Então as pessoas não sabem o que era isso há quarenta anos atrás, há trinta anos atrás, a dificuldade do que nós enfrentamos e o que nós enfrentamos sem conhecimento nenhum. Ninguém fez o que tá aqui por maldade. Fez por falta de conhecimento, fez por falta de tecnologia. (informação verbal)<sup>6</sup>

Contudo, alguns já admitem que não é possível mais continuar com as mesmas práticas apoiado em tal discurso.

Eu acho que essa mudança foi uma coisa que aconteceu no mundo inteiro. Então realmente a gente precisa mudar, precisa evoluir. E aí vai contra os princípios nossos, aquilo que nós começamos a fazer. Só que aí a gente tem que começar a olhar como que a gente começa a tirar lucro, tirar coisas boas daquilo ali. (...) Eu, por exemplo, sou contra a tese “me chamaram para cá para desmatar”, realmente foi, me chamaram para isso. Mas isso foi naquela época, hoje não é mais. (...) Não é porque eu fui convidado para vir para cá desmatar que a vida inteira eu só vou fazer desmatamento. Não, tem que acompanhar. (informação verbal)<sup>7</sup>

O Sindicato dos Produtores Rurais também o responsável pela disseminação de informações entre os fazendeiros acerca de novas práticas e técnicas agropecuárias, sobre o mercado agropecuário, de legislações e outros assuntos de interesse dos sindicalizados. Além disto, busca realizar capacitações para os produtores, por meio de parcerias com empresas do ramo agropecuário.

<sup>5</sup> Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

<sup>6</sup> Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

<sup>7</sup> Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

### 3.2.2 Pequenos agricultores

Apesar de cerca de 85% da área rural de Paragominas ser ocupada por grandes propriedades, os 15% restantes são ocupados por um número expressivo de pequenas propriedades. São 15 colônias agrícolas, onde vivem aproximadamente 900 famílias de pequenos agricultores em 49 mil hectares, além de 15 projetos de assentamentos do Incra, em cerca de 110 mil hectares (PINTO *et al.*, 2009). Para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) Pará, são consideradas pequenas propriedades aquelas com até 220 hectares, isto é, cinco módulos fiscais. Observa-se, contudo, que nas colônias agrícolas, grande parte dos agricultores possui terras de 25 hectares. Já nos assentamentos do Incra, o lote padrão é de 50 hectares. As colônias e os assentamentos estão distribuídos por toda a extensão leste do município de Paragominas, conforme mostra figura 8. Algumas colônias chegam a estar a 120 km de distância do centro urbano.

Os pequenos agricultores estão organizados por associações de moradores. As colônias mais próximas da cidade, Colônia do Uraim e Condomínio Rural, são aquelas que possuem lideranças mais ativas e associações mais eficientes. Pelos relatos dos entrevistados, a presença de uma associação forte e representativa tem sido fundamental para o desenvolvimento da colônia. A Colônia do Uraim, por exemplo, possui uma associação muito ativa e foi por meio dela que as famílias de agricultores conseguiram construir o posto de saúde, a igreja católica, o clube de mães e a escola comunitária, este último com recursos de um projeto do Banco do Brasil. A força da associação fez com que não só a escola fosse construída, mas também que obtivesse uma boa gestão por parte da prefeitura. Assim, a Escola Comunitária do Uraim apresentou o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2009 da segunda etapa (5ª a 8ª série) entre as escolas do município.

A criação das associações está relacionada, em sua grande maioria, ao acesso a programas governamentais ou ao processo de regularização fundiária. O caso da Colônia do Uraim, onde algumas lideranças e moradores foram entrevistados, se enquadra na segunda categoria. Nas palavras de um entrevistado: “A criação da Associação foi para poder ter força juridicamente para lutar pelos títulos” (informação oral)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup>Manoel Eduviges Correa, agricultor da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010

Hoje, as associações são as responsáveis por grande parte da disseminação de informações e da comunicação entre os moradores das colônias agrícolas e o poder público. São realizadas reuniões frequentes nas associações de moradores para se discutir questões de interesse da comunidade. No caso da Colônia do Uraim, por exemplo, é expressivo o comparecimento dos moradores nas reuniões da associação. A partir destas reuniões, quando é o caso, as lideranças procuram o poder público via ofício ou pessoalmente. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também é uma entidade de grande atuação no município. Ele possui representantes nas diversas colônias e congrega as reivindicações da agricultura familiar como um todo. O sindicato possui uma sede no centro da cidade que abriga os trabalhadores rurais quando estes precisam se deslocar até a área urbana. A gestão pública municipal busca estabelecer canal de contato com os moradores sempre por meio das associações e sindicatos, como afirma um entrevistado: “Se não tiver associação, eles não aceitam” (informação oral)<sup>9</sup>.

As colônias mais próximas do centro urbano de Paragominas também são aquelas mais diretamente beneficiadas pelos projetos das entidades governamentais, como o de hortas orgânicas, de fornecimento de alimentos para a merenda escolar e outros. A explicação mais corrente para tal fato é que a proximidade com a cidade facilita o acesso a recursos, pela maior facilidade de transporte e, principalmente, de comunicação entre as lideranças e as entidades governamentais. São essas colônias também que mais receberam capacitação técnica ao longo dos anos, por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Emater. Desta forma, observa-se que são as únicas a produzir alimentos excedentes para a comercialização na cidade.

A prefeitura possui um projeto de compra direta da produção da agricultura familiar para a merenda escolar. Contudo, a compra ainda é limitada a alguns produtos, como hortaliças e galinha caipira.

Existe o projeto da merenda escolar. Só que para os colonos produzirem precisa de assistência técnica, precisa de alguém incentivar. Precisa que a Emater e os órgãos de assistência técnica cumpram seu papel. Por exemplo, quando fez o conselho gestor da merenda escolar, a farinha de tapioca tá vindo lá de Belém, o feijão-caupita vindo lá de Bragança, o mel tá vindo de Ulianópolis. Só aí diz o tamanho da falta de investimento e de apoio á agricultura familiar em Paragominas. (informação verbal)<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Manoel Eduviges Correa, agricultor da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>10</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

Aqueles com produção excedente podem também comercializam seus produtos na Feira do Produtor. A Feira do Produtor é um espaço no centro da cidade para a venda direta ao consumidor dos produtos da agricultura familiar. A Feira conta com um pequeno auditório para reuniões e capacitações dos agricultores, refeitório, banheiro e sala de sua diretoria. Além disto, a Feira possui um caminhão para fazer o transporte das mercadorias das colônias até a cidade. Observou-se que, devido à baixa produtividade no campo, são poucos os agricultores que comercializam na Feira, cujas instalações poderiam abrigar um número muito maior de produtores.

A reivindicação dos agricultores é o maior investimento em capacitação, maquinário e insumos para a agricultura familiar, para que então seja possível a produção para além da subsistência, ou seja, para a comercialização. As lideranças deste grupo afirmam que os investimentos de Paragominas, tanto vindos da gestão pública como da iniciativa privada, estão voltados para a área urbana e para a indústria, em especial a da monocultura de árvores, com poucos recursos para a os pequenos agricultores.

Paragominas parece, nos últimos tempos, que é a princesa banhada a ouro. Mas na realidade, se for ver ao redor da zona urbana, não é como é levada a imagem de Paragominas. (...) Se você for conversar lá para um colono do Rio Capim, ele vai dizer “nós vivemos abandonados”.(informação verbal)<sup>11</sup>

A dificuldade de acesso a financiamentos deve-se, em muitos casos, à falta de título das propriedades. A regularização fundiária é hoje um dos principais entraves para a agricultura familiar na Amazônia, pois restringe o acesso do pequeno produtor ao crédito e a diversos projetos existentes nas três esferas de governo. A preocupação com a regularização das terras é frequente na fala dos entrevistados, como exemplifica esta liderança da agricultura familiar:

É necessário que o colono tenha acesso ao banco, mas em contrapartida o colono não tem o documento da terra. E o banco vai financiar para o cara que não tem como provar que é dono de uma área? (informação verbal)<sup>12</sup>

As colônias localizadas em terras que pertenciam ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) já foram, em sua grande maioria, regularizadas, caso da Colônia do Uraim. Aqueles que estão em áreas do Governo Federal ainda não puderam formalizar suas propriedades.

<sup>11</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>12</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

Apesar de ainda haver grandes áreas sem a regularização fundiária, os conflitos e a violência por posse de terra já não são mais uma constante no município. A violência existente hoje, conforme relatos da polícia militar e civil local, é principalmente relacionada à violência urbana, como roubos, brigas e outros.

Observou-se também que não há troca de informações e canais de comunicação entre os grandes produtores e os agricultores familiares. Apesar de alguns assuntos serem de interesse de ambos os grupos e a prefeitura e outros órgãos governamentais se relacionarem com ambos para a questão rural, não há nenhuma sinergia nas ações realizadas.

### 3.2.3 Assentados do Incra

Paragominas possui hoje 15 projetos de assentamento rural do Incra, que ocupam mais de duas vezes a área das colônias agrícolas fora dos assentamentos, onde vivem aproximadamente 2.500 famílias.

**Tabela 1.** Área dos assentamentos rurais localizados parcial ou integralmente em Paragominas, Pará.

| <b>Nome do assentamento (PA)</b> | <b>Área em Paragominas (ha)</b> |
|----------------------------------|---------------------------------|
| Luís Inácio                      | 34.434                          |
| Paragonorte                      | 32.237                          |
| Camapuã                          | 7.361                           |
| Águia                            | 6.211                           |
| Colônias Reunidas                | 4.382                           |
| Nova Vida                        | 4.195                           |
| Alta Floresta                    | 4.005                           |
| Rio das Cruzes                   | 3.915                           |
| ArapuãSimeira                    | 3.892                           |
| Mandacaru                        | 3.466                           |
| Glebinha                         | 1.807                           |
| Progresso                        | 1.680                           |
| Paranoá                          | 1.407                           |
| Bacabal                          | 991                             |
| Areia Branca                     | 617                             |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>110.601</b>                  |

Fonte: Incra, 2008.

O processo de formação dos projetos de assentamento se deu de forma variada, com alguns casos derivados de antigas colônias agrícolas e outros em áreas de grandes fazendas

desapropriadas pelo Governo Federal. O assentamento Paragonorte, por exemplo, foi oriundo de uma área que a princípio se destinaria à reserva indígena. Mas, segundo contam os moradores do local, a população ao saber de tal processo de desapropriação, ocupou a área, que em 1992 se tornou o projeto de assentamento. O primeiro assentamento, Colônias Reunidas, foi criado oficialmente em 1987. O Projeto de Assentamento Luís Inácio é o mais recente, tendo sido formado em 2006. Foi relatado que no interior deste assentamento ainda existem tensões e conflitos pela terra.

O problema é que dentro dos assentamentos é um barril de pólvora. Tudo é muito complicado. Tem um assentamento em Paragominas, o Luís Inácio, que é um dos maiores assentamentos, que a disputa ainda é ocupar áreas dentro do assentamento. (informação verbal)<sup>13</sup>

A produção agrícola nos projetos de assentamento é muito restrita. Alguns agricultores afirmam que o problema é que a terra não é apropriada para as culturas agrícolas.

Até porque a região de lá não é apropriada para roça. Lá é mais é capim. (informação verbal)<sup>14</sup>

Além do Incra assentar uma família em cima de uma fazenda que é só vassourinha de botão, vassoura de bruxa, terra fraca, terra enfraquecida, eles não tem o subsídio, não tem investimento para fazer nada. (informação verbal)<sup>15</sup>

Outro motivo apontado para pouca produtividade nos assentamentos é a falta de vocação para a agricultura de muitos assentados. Segundo os próprios moradores, os projetos de assentamento foram formados por diversas pessoas que moravam na área urbana e não possuíam a cultura do plantar. Os técnicos da Emater levantaram também a dificuldade para o plantio advinda da distância entre a residência de alguns assentados, que é nas vilas, e o lote para o plantio. Além da grande distância às vezes existente, nem todas as estradas vicinais foram construídas, dificultando ainda mais o acesso às propriedades rurais.

O lote de uma pessoa que está bem aqui e mora numa casa é 20 km longe daqui. Ele nunca vai para a lavoura. Nem que ele queira, ele não vai ter como sair da casa dele há 15 km para andar para lá. Quando ele chegar lá já é 10 horas da manhã, aí ele trabalha até 2 horas e tem que voltar. Não rende, não adianta. Aí o que aconteceu? Muitos abandonaram e viraram morador. O lote tá abandonado, sem fazer nada. (informação verbal)<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup>Paulo Amaral, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em entrevista concedida em 15/10/2010

<sup>14</sup>Aldeci Maria dos Santos, moradora do assentamento Paragonorte, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>15</sup>Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>16</sup>Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 19/11/2010

O pouco plantio existente hoje nos assentamentos se destina apenas à subsistência e a um pequeno comércio no interior do próprio assentamento. A renda principal dos assentados vem principalmente de transferências governamentais e outras ocupações, como operários da construção civil e pequenos comércios e serviços nas vilas. Além disso, diversos lotes estão ocupados com a pecuária em pequena escala.

Então eles vivem lá por causa do Bolsa Família do governo, da mulher quando pari que vai para o INSS fazer licença maternidade e da aposentadoria. (informação verbal)<sup>17</sup>

Falam: a gente tem que incentivar a despecuarização. Mas não existe outra alternativa para eles, infelizmente. Eles vão plantar o que, fruta? Para transportar por 100km para cá? E o gado porque é uma poupança. (informação verbal)<sup>18</sup>

Uma diferença percebida entre as colônias agrícolas e os assentamentos rurais é o grau de organização dos moradores e a força das associações. Hoje, dentro dos assentamentos há diversas associações que disputam espaço entre elas, de tal forma que nenhuma é efetivamente representativa da comunidade.

O objetivo é um só. Só que não há união. O primeiro descontrola que existe lá, na minha opinião, é porque existem muitas associações. E cada uma parece que fala uma linguagem. O objetivo lá é um só, é um assentamento, todo mundo tá numa finalidade. Mas assim parece que muda as doutrinas. (informação verbal)<sup>19</sup>

Assim, a capacidade de articulação dos assentados é mais limitada. Muitas das associações existem apenas *pró forma*, sem nenhuma ação efetiva para a comunidade.

Eu até represento uma associação. Inclusive agora no domingo passado eu fiz uma reunião para a gente formar uma nova diretoria. Ninguém aceitou, queriam que eu fique novamente. Eu já estou com três mandatos e não quero mais. Apesar de ter que mais gente aprender, eu também nunca desenvolvi nenhum trabalho lá. Porque para a maioria das pessoas lá, os sócios, parece que a associação não significa nada. (informação verbal)<sup>20</sup>

Entretanto, por se tratar de assentamentos do Governo Federal, há maior disponibilidade de crédito e projetos para os assentados do que para os outros colonos. Um exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujas condições de empréstimo para os assentados da reforma agrária são diferenciadas daquelas para os outros pequenos agricultores. Esta diferenciação é sentida diretamente pelos agricultores da região:

<sup>17</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>18</sup> Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>19</sup> Aldeci Maria dos Santos, moradora do assentamento Paragonorte, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>20</sup> Idem

Crédito habitação não existe para nós, existe para a área de assentamento. Crédito fomento também não existe para nós, existe para a área de assentamento. Então essas coisas que são destinadas para a área de assentamento, para nós não têm. Porque é área tradicional, chamada área de posse constituída. (informação verbal)<sup>21</sup>

Nos últimos anos, o Incra tem estado ausente de Paragominas. Apesar de possuir um escritório no município, não se vê mais a presença de seus técnicos diretamente nos assentamentos e tão pouco investimentos do órgão nessas regiões.

Só aqui em Paragominas temos na faixa de 10 assentamentos do Incra, que é responsabilidade do Governo Federal. Mas o Governo Federal, que eu saiba, nunca fez convênio com a prefeitura para pelo menos limpar as estradas dos assentamentos. (informação verbal)<sup>22</sup>

Hoje o Incra também possui baixo conhecimento da situação atual dos assentamentos do município, em especial porque acaba ocorrendo um mercado de venda da posse dos lotes, sem qualquer registro oficial, no interior destes assentamentos.

Em conversa com o Incra eu disse que eu queria uma relação de quem é que está lá tudo mais. Eles disseram: “A gente não tem. Se vocês conseguirem essa relação, passa pra gente”.(informação verbal)<sup>23</sup>

Observou-se também que não existem canais de comunicação abertos entre o Incra e as outras instituições do município, com pouquíssimas ou nenhuma parceria. Por exemplo, para a Secretaria Municipal de Agricultura, o Incra não está realizando nenhuma ação em relação à adequação à legislação ambiental de seus assentamentos em Paragominas. Contudo, o Incra, por meio da Superintendência de Belém, já iniciou o trabalho de licenciamento ambiental do Projeto de Assentamento Luís Inácio. Vê-se que não existe comunicação entre o órgão federal e a prefeitura.

### 3.2.4 Governo municipal

A Prefeitura Municipal de Paragominas vem sendo comandada há 15 anos por representantes do empresariado local, filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nas últimas eleições de 2008, o candidato à reeleição venceu com ampla maioria sobre a oposição, que à época não possuía nenhuma liderança com grande expressividade no

<sup>21</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>22</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>23</sup> Paulo Amaral, pesquisador do Imazon, em entrevista concedida em 15/10/2010

município para fazer frente à candidatura da situação. Paragominas não possui um histórico de grandes rixas políticas e hoje, na opinião de alguns representantes tanto da oposição quanto da situação, há um esforço de ambos os lados para se buscarem soluções acordadas visando o desenvolvimento do município.

A grande virtude de Paragominas é que por eu ser do [Partido Comunista do Brasil] PCdoB, isso não atrapalha eu sentar com o Adnan [o prefeito] que é do PSDB. Tem uma coisa maior que o interesse do Adnan e o meu interesse, que é o povo. É por isso que hoje as coisas estão dando certo. (...) Todas as entidades e o movimento geral tomou para si a responsabilidade. Quando nós sentamos é para discutir a melhoria do desenvolvimento do povo de Paragominas e da cidade. Ninguém discute briga partidária. E isso dá um auditório cheio de gente, em busca de um só objetivo. (informação verbal)<sup>24</sup>

Há uma busca da participação dos diversos atores nas discussões do município, em especial as lideranças ligadas às associações de classe e de moradores. Uma das primeiras tentativas de envolvimento de toda a sociedade ocorreu na implantação do projeto Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS) em 2003, incentivado pelo Sebrae. À época, o Comitê do DLIS integrava 22 entidades e instituições, tais como associação comercial, sindicatos de trabalhadores, Câmara Municipal, associações de bairros e núcleos de jovens, com o objetivo de promover estratégias para o desenvolvimento da cidade. Um dos temas debatidos no comitê foi a chegada da mineração no município e a priorização dos projetos a serem investidos pela mineradora. Hoje, o projeto Município Verde também procura criar fóruns abrangentes de debates. Nas palavras do prefeito:

A gente procura prestigiar as entidades, as associações. Então qualquer coisa muito séria a gente chama todo mundo para debater. Mas não a população toda. Se a população elegeu o Mauro Lúcio presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, é com ele que eu vou falar. Se os madeireiros elegeram o fulano de tal presidente do Sindicato Florestal, o da associação de moradores. Chamo as entidades. São 51. É como se fosse um conselho político-administrativo. (informação verbal)<sup>25</sup>

Contudo, observa-se que, há uma centralização nas ações e nas decisões finais na figura do gestor municipal. Segundo morador de Paragominas:

Eu acho que o poder público é centralizador. Não tem uma equipe que esteja pensando, que planeje junto. (...) A verdade que eu vejo e em conversa com secretários e tudo mais, é uma decisão do gestor, do prefeito. (...) Ele procura fazer reuniões com a comunidade, ele chama, convida as pessoas, as entidades que ele acha representativas, tenta trocar ideia. Após aquela reunião ele pode até dar uma

<sup>24</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>25</sup> Adnan Demarchki, prefeito de Paragominas, em entrevista concedida em 18/11/2010

avaliada, mas não muda a ideia do que ele acha que tem que ser feito. (informação verbal)<sup>26</sup>

Há a sensação na cidade que muitas vezes as pessoas são convocadas para reuniões apenas para legitimar as ações e os discursos do poder público municipal. De acordo com uma liderança local:

Quando você precisa de número de gente para uma determinada reunião que vai vir fulano de tal, isso e aquilo, então todo mundo é convocado. Mas na hora de tomar a decisão, por exemplo, dificilmente você vai. (informação verbal)<sup>27</sup>

A Câmara dos Vereadores, por sua vez, é vista por diversos segmentos da população como honesta, mas sem muita expressividade, conforme depoimentos:

A única coisa que eu sei da Câmara é que todo ano, eles devolvem para a prefeitura milhões. Não investe e não gasta. Eles fazem isso para demonstrar que são honestos, só isso. Eu acho que eles deveriam fazer projetos que viessem a beneficiar pessoas da periferia. (informação verbal)<sup>28</sup>

Eu vejo um trabalho muito amigável. Lógico, cada um com a sua opinião, defendendo a suas ideias, mas sem aquela politicagem de baixaria. (informação verbal)<sup>29</sup>

Os vereadores é do povo e a gente já tem o contato direto com o prefeito então a gente não se liga muito na questão dos vereadores. (informação verbal)<sup>30</sup>

O legislativo é muito omissivo. (informação verbal)<sup>31</sup>

Esse novo discurso verde se insere na busca por novos investimentos para Paragominas que vem sendo prioridade para a gestão pública municipal, principalmente a partir da crise da indústria madeireirano município. O desafio principal é buscar uma nova vocação econômica para Paragominas, com a atração de investimentos externos para o município, em especial daqueles relacionados à indústria da monocultura de árvores e a consolidação do pólo moveleiro. Um exemplo desta disputa pela atração de investimentos com outros municípios da região foi o caso da implantação do projeto de plantio de eucalipto e paricá Vale Florestar, da mineradora Vale. Inicialmente o projeto estava previsto para ocorrer apenas nos municípios vizinhos de Dom Eliseu e Ulianópolis. A gestão municipal então

<sup>26</sup> Morador de Paragominas, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>27</sup> Liderança comunitária de Paragominas, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>28</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>29</sup> Antônio Carlos Ziviani, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Paragominas, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>30</sup> José Ricardo Moura, presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas - Sincompar, em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>31</sup> Rafael Sampaio Vale, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Paragominas, em entrevista concedida em 16/11/2010

articulou com proprietários de terra do município e com a mineradora para que a empresa adquirisse propriedades em Paragominas e incluísse o município neste empreendimento. Outra ação capitaneada pela prefeitura é a formação de delegações para divulgar o município para empresários das regiões Sul e Sudeste, procurando incentivar a instalação de indústrias na região.

Um dos pontos ressaltados pelos entrevistados como essenciais para a atração de investimentos é a melhora da imagem do município, pois este tem sido fator inibidor desde a formação da cidade. Segundo pecuarista:

Na década de 80, se você fosse em Minas, no Rio, em São Paulo e falasse que era fazendeiro e que era daqui de Paragominas, os mais educados ficavam calados e os outros falavam que você era louco. Era muito ruim a nossa imagem. A imagem do município era muito ruim. (informação verbal)<sup>32</sup>

Além da preocupação na melhoria da imagem de Paragominas para investidores externos, a gestão pública municipal busca trabalhar a imagem da cidade e da própria prefeitura para a população local. Para monitorar a imagem da gestão municipal, a prefeitura realiza periodicamente pesquisas de imagem com a população. As últimas pesquisas mostraram uma grande favorabilidade, chegando a 88% de aceitação hoje.

Entretanto, algumas lideranças relatam que não há espaço hoje para críticas ao poder público municipal. A gestão municipal utiliza o poder que possui para coibir críticas mais acentuadas. Um exemplo desta prática se deu com uma liderança comunitária que chamou a imprensa para denunciar o problema da falta de asfaltamento das ruas de seu bairro e os acidentes decorrentes no local. Segundo uma liderança, em um evento com todos os líderes comunitários o prefeito afirmou que, devido àquela atitude, ele não asfaltaria as ruas daquele bairro.

Na semana do líder comunitário nós tivemos um almoço com o prefeito. Foi convocado e apareceram mais ou menos uns 14 líderes comunitários. O prefeito falou nessa reunião, para todo mundo ouvir, em alto e bom tom, que não iria asfaltar a rua que o presidente da Promissão 1 estava pedindo porque ele divulgou isso, chamou a TV, chamou a rádio e divulgou isso na mídia. (...) O prefeito disse em alto e bom tom: “enquanto eu for prefeito de Paragominas, eu não vou asfaltar aquela rua”. (informação verbal)<sup>33</sup>

Mesmo o espaço para críticas sendo percebido como limitado, há um reconhecimento, inclusive da oposição, de uma efetiva melhora na cidade.

<sup>32</sup> Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, em entrevista concedida em 16/11/2010

<sup>33</sup> Liderança comunitária de Paragominas, em entrevista concedida em 18/11/2010

Quando o grupo foi eleito aqui em Paragominas, Paragominas era das piores cidades de desenvolvimento do Brasil. Paragominas é hoje a princesa do Brasil. Todo mundo vê isso, só não vê quem se faz de cego, o que era Paragominas e o que é hoje. (informação verbal)<sup>34</sup>

### 3.2.5 População urbana

Na área urbana de Paragominas, os moradores estão organizados a partir das associações de bairros. No final da década de 1990 houve um incentivo por parte da gestão pública municipal para a criação destas associações, com o intuito de centralizar as demandas dos moradores. São mais de 10 associações de bairros, que em conjunto com as associações de moradores da área rural, formam a União Municipal das Associações de Moradores de Paragominas (UMAMP). Hoje a UMAMP não goza de boa credibilidade na cidade.

A atuação e a representatividade das associações variam muito conforme o bairro e a liderança que ali se estabeleceu. As mais ativas realizam reuniões periódicas com os moradores para discutir os problemas dos bairros. Uma das estratégias utilizadas para convocar os moradores é o uso de carro de som. Outras formas de convocação são a distribuição de folhetos ou cartazes em pontos estratégicos do bairro. As associações de bairros são o principal canal de contato entre a população em geral e a administração pública, que privilegia as lideranças para o atendimento das demandas. A prefeitura iniciou, contudo, um processo de reuniões diretas com os moradores dos bairros, organizadas pelas associações, para discutir as prioridades de investimentos no local. No bairro do Uraim 3, por exemplo, que concentra moradores da classe C, a associação conseguiu reunir 230 moradores para a reunião com prefeito e secretários, que ocorreu em 2010.

Além das associações de bairros, os sindicatos e associações de classe também são entidades agregadoras da população da área urbana. Outras instituições se mostram ativas na sociedade de Paragominas, como Lyons Club e Rotary Club. De acordo com o Censo do Terceiro Setor do Pará (2006), Paragominas possui 80 organizações sociais formais e 11 informais. Apesar da quantidade de instituições, existem críticas em relação ao pequeno espaço para debate e opiniões divergentes na cidade.

---

<sup>34</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

As lideranças de bairro são bem organizadas. (...) Mas eu acho que a gente tem que ter mais pessoas opinando. Você ter o contraditório, ele é importante. (...) Falta em Paragominas a gente ter essa discussão de ideias mais aberta. (informação verbal)<sup>35</sup>

### 3.2.6 Comerciantes e empresários

As principais atividades econômicas da área urbana de Paragominas são o comércio e os serviços. O empresariado foi diretamente afetado pela crise da indústria madeireira do município. O fechamento das serrarias, com a consequente diminuição de empregos e queda na circulação de dinheiro na cidade, foi sentido imediatamente pelo comércio da região, que, na visão dos empresários, ainda não foi totalmente restabelecido.

Precisa de mais um período para substituir o que Paragominas tinha em termos de emprego, de movimentação do comércio. (...) Sabe-se que toda a indústria madeireira tinha um grande número de pessoas trabalhando, de empregados. E nós temos uma agricultura forte no município, mas só que a agricultura não substituiu os empregos da indústria madeireira. (...) O comércio de modo geral sentiu. (informação verbal)<sup>36</sup>

Para este setor, o maior desafio de Paragominas hoje é a mudança da base econômica da cidade e a qualificação da mão-de-obra para estes novos negócios. Para isto, a classe conta com a melhoria da imagem da cidade e a atração de novos negócios, em especial da cadeia produtiva do cultivo de árvores.

Então hoje a gente está prospectando empresas de móveis para cá e todo mundo está indo para o reflorestamento, todo mundo está plantando eucalipto. Existe uma tendência muito forte na cidade. Para quê? Para atrair indústrias para cá. Isso fortalece o comércio. (informação verbal)<sup>37</sup>

A prefeitura está montando agora uma delegação, inclusive o Zé Ricardo vai como presidente do Sincompar junto com outras entidades, para o Sul divulgar o município para tentar atrair novas indústrias pra cá. (informação verbal)<sup>38</sup>

Apesar da crise da indústria madeireira e a consequente perda do comércio, para o empresariado local a situação de Paragominas ainda é muito melhor do que a dos municípios vizinhos. Para eles, um dos motivos dessa diferença foi o fato de que os lucros da indústria madeireira e da pecuária foram revertidos para o próprio município.

<sup>35</sup> Rafael Sampaio Vale, ex-presidente da OAB Paragominas, em entrevista concedida em 16/11/2010

<sup>36</sup> Antônio Carlos Ziviani, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Paragominas, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>37</sup> José Ricardo Moura, presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas (Sincompar), em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>38</sup> Ciromar Hupp, secretário executivo do Sincompar e presidente do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Paragominas, em entrevista concedida em 17/11/2010

O extrativismo aqui gerou muito dinheiro. Então tiveram muitas pessoas que ganharam muito dinheiro aqui na cidade, pessoas com potencial para investir em qualquer local, um potencial para investir em qualquer capital. Eu acho que o diferencial de Paragominas é que tiveram muitas pessoas que investiram aqui mesmo. (informação verbal)<sup>39</sup>

Esta classe está organizada em instituições como a Câmara dos Dirigentes Lojistas e o Sindicato do Comércio. As instituições possuem canal aberto de diálogo com a gestão pública municipal e é por meio delas que os empresários buscam influenciar as políticas públicas.

### 3.2.7 Indústria madeireira

A indústria madeira se firmou em Paragominas em meados da década de 1980. Naquele momento a madeira da floresta amazônica começou a ser valorizada por dois principais motivos. Primeiramente, nessa época observou-se redução no suprimento de madeira no Sul do Brasil. A segunda razão para o crescimento da atividade no período foi a melhoria da conexão da região ao restante do Brasil, por meio de estradas e telecomunicação. Em 1990, a região de Paragominas contava com 238 madeireiras, com renda bruta estimada de US\$ 190 milhões, cinco vezes a renda obtida pela pecuária na região (VERÍSSIMO *et al.*, 1992 *apud* VERÍSSIMO; PEREIRA, 2009). Estima-se que naquela década 50% da população de Paragominas dependia diretamente da atividade madeireira (VERÍSSIMO, 1996 *apud* SILVA, 2007). No final dos anos 1990, o setor entra em declínio, devido à exaustão das florestas mais acessíveis. Em 2004, o pólo madeireiro de Paragominas possuía 63 empresas, que geravam 4.856 empregos diretos, e uma renda bruta de US\$ 98 milhões. (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2009).

Com o esgotamento das florestas nativas acessíveis, no início da década de 1990, Paragominas foi sede do Projeto Piloto de Manejo Florestal, conduzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Entre 2003 e 2008, Paragominas totalizou 221.800 hectares de áreas de florestas com planos de manejo autorizados pelo órgão ambiental competente (Ibama ou Secretaria de Estado de Meio Ambiente). A empresa Cikel Brasil Verde Madeiras Ltda. possui em Paragominas a terceira maior área de floresta nativa certificada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC/Brasil).

---

<sup>39</sup> José Ricardo Moura, presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas e proprietário do Supermercado Moura, em entrevista concedida em 17/11/2010

Permanecem hoje no município principalmente as empresas que detêm plano de manejo ambiental e as que trabalham na indústria da monocultura de árvores, em especial pela dificuldade de acesso às florestas nativas. Estima-se que existam hoje em Paragominas 40.000 hectares de floresta plantada por algumas iniciativas individuais e por três grandes projetos de plantio de árvores. Um exemplo de iniciativa individual é a do empreendedor Vander Gomes, que veio de Santa Catarina para vender máquinas agrícolas, mas vislumbrou o mercado de mudas e convenceu a Viveiro Dackro, do Rio Grande do Sul, a investir em uma filial na cidade. O viveiro de Vander produz hoje 1,3 milhões de mudas nativas por ano (RIBEIRO, 2010).

Dentre os grandes projetos de monocultura de árvores, o maior e primeiro a se instalar na cidade foi o Grupo Concrem, detentor das marcas Floraplac, Expama e Rio Concrem. O grupo se estabeleceu na região há mais de 20 anos e possui 26 mil hectares de plantio de paricá dentro de Paragominas. O mais recente, o projeto Vale Florestar, da mineradora Vale, possui área plantada de 6.300 hectares em Paragominas, onde metade é destinada à produção de madeira e o restante para reabilitação da floresta nativa.

A Paragominas Reflorestadores Associados (Paragoflor), que possui 600 hectares de paricá e eucalipto, foi formada em 2002 por cerca de 30 produtores madeireiros filiados ao Sindicato das Indústrias de Serrarias Paragominas (Sindiserpa). O Sindiserpa é a principal instituição que congrega o empresariado da indústria madeireira local.

Pode-se inferir que para os empresários do setor madeireiro, a natureza é vista essencialmente como recurso, insumo principal para sua atividade econômica. Entretanto, nem todo o setor possui a mesma visão sobre o discurso de sustentabilidade apresentado em Paragominas. Percebe-se que há um grupo de empresários madeireiros que não compartilha desta visão de sustentabilidade, onde não se permite o desmatamento das florestas nativas, e assim, continua a atuar nos municípios ao redor de Paragominas, em especial o município de Tailândia. Entretanto, alguns empresários vislumbraram neste novo discurso a possibilidade de criação e de fomento de seus negócios, com produtos ditos “verdes”, a partir do manejo e da monocultura de árvores. Percebe-se no discurso dos diversos atores do município que, ao tratar a monocultura de árvores como reflorestamento, há uma tentativa de posicionar esta atividade como semelhante ao manejo florestal, no que tange a questão ambiental. Entretanto,

fica evidente que o plantio de áreas com apenas uma ou duas espécies de árvores não recompõe a biodiversidade local.

### 3.2.8 Povos indígenas

Há duas áreas indígenas que ocupam o município de Paragominas. A Terra Indígena (TI) Barreirinha da etnia Amanayé, foi homologada em 2006, está localizada em Paragominas às margens do rio Capim, ocupa uma área de 2.380 hectares e possuía uma população de 73 habitantes em 1998 (ISA, 2011).

A Terra Indígena (TI) Alto Guamá está localizada no extremo leste do município, abriga os índios Guajá, Tembé e Ka'apor (ISA, 2008 *apud* PINTO *et al*, 2009, p.30) e possui uma população de 1.425 habitantes (FUNASA, 2006). Esta terra indígena, criada em 1945 e homologada em 1993, se estende por 279.897 hectares, onde um terço da área está no município de Paragominas (ISA, 2011). As 10 aldeias indígenas desta terra localizadas no interior do município de Paragominas estão distante entre 120 e 150 km do centro urbano de Paragominas. A aldeia mais populosa, TekoHaw, possui cerca de 265 índios (HENRIQUE, 2009).

De acordo com o Instituto Sócio Ambiental (2011), a TI Barreirinha sofre pressão fundiária por fazendeiros e ameaças por posseiros, além da pressão por exploração de recursos advinda de pescadores, caçadores e madeireiros. As pressões fundiárias existentes na TI Alto Rio Guamá são exercidas por fazendeiros, posseiros e grileiros e há também pressão da exploração de recursos por madeireiros. Aproximadamente 30% desta terra encontra-se invadida por grandes empreendimentos agropecuários e por posseiros (HENRIQUE, 2009). O desmatamento já afetou cerca de um terço da TI Alto Rio Guamá, entretanto apenas 5% dentro dos limites do município de Paragominas<sup>40</sup>. A TI Barreirinha já possui 14% de sua área desmatada (ISA, 2008 *apud* PINTO *et al*, 2009, p.30). Conforme declaração de um representante do povo Tembé, os próprios indígenas facilitam a entrada dos madeireiros em troca de recursos financeiros. Segundo liderança Tembé:

---

<sup>40</sup>Poderia-se alegar que, apesar de já possuir um terço de sua área desmatada, a reserva indígena representa uma maior proteção contra a degradação ambiental. Entretanto, não é possível fazer tal afirmação sem analisar a tendência futura ao desmatamento no local.

Existe ainda extração de madeira e isto é preocupante para nós porque nossa área também está sendo ameaçada. (...) Infelizmente, a gente tem algumas lideranças hoje de dentro da Terra que são compradas para facilitar a entrada dos madeireiros. Na verdade quem ganha dinheiro é quem tira e não o índio que autoriza, não sabe nem quanto que custa. (...) Devido o envolvimento de alguns caciques, a gente fica meio perdido sem saber o que fazer. Inclusive amanhã [21/11/2010] nós vamos fazer uma assembleia em uma aldeia para a gente direcionar uma fiscalização feita por nós indígenas, contra esse desmatamento feito por madeireiros. (informação verbal)<sup>41</sup>

A TI Alto do Rio Guamá sofre também a pressão de invasão por traficantes de drogas. No final de 2010, a polícia civil descobriu uma fazenda de maconha dentro da Terra Indígena. Em dezembro do mesmo ano, o povo Tembé resolveu fazer uma fiscalização dos limites de sua reserva invadida por traficantes.

O pavio está aceso. Cansados de esperar pela ação dos órgãos de fiscalização, os índios da etnia Tembé decidiram fazer a fiscalização dos limites da parte invadida da Reserva Alto Rio Guamá, em Nova Esperança do Piriá, invadida por bandidos para plantar maconha e esconder carros roubados. A área total da reserva é de 279 mil hectares e também alcança os municípios de Santa Luzia do Pará e Paragominas. Os Tembé receberam apoio da [Fundação Nacional do Índio] Funai para fazer a fiscalização. (TENSÃO, 2010)

A estrutura social dos Tembé é baseada na família extensa. O chefe é aquele que lidera o grupo familiar com maior número de indivíduos. A posição de chefia não é exclusiva dos homens entre os Tembé. Um exemplo disto é a “capitoea” D. Verônica Tembé, que além de seu peso político é considerada a guardiã das tradições do grupo (HENRIQUE, 2009). Para se relacionar com as instituições externas, os povos indígenas das terras de Paragominas se organizaram por diversas associações. O povo Amanayé, habitante da TI Barreirinha, pertence a Associações dos Povos Tupi do Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão (AMTAPAMA). Os habitantes da TI Alto Rio Guamá estão organizados em três associações: Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá (AGITARGMA), Associação do Povo Indígena Kaapor do Rio Gurupi e Associação do Povo Indígena Tembé (ISA, 2011).

Dentro da Terra Indígena, os Tembé estão organizados por 10aldeias, cujas maiores possuem caciques. Além dos seis caciques existentes hoje, há outros representantes do povo Tembé com funções de porta-voz, como a de comunicação com entidades externas. As tribos estão conectadas entre si por um sistema de rádio, utilizado para a disseminação de informações e para a convocação de reuniões coletivas.

A gente tem um processo interno que a gente acaba mobilizando as aldeias e a gente acaba chegando aqui em Belém para reivindicar, cobrar do Governo, Ministério Público Federal, Funai, [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

<sup>41</sup>Valdeci Tembé, liderança do povo Tembé, em entrevista realizada em 20/11/2010

Naturais Renováveis] Ibama e Polícia Federal, ações quando a gente acha necessário para proteger a Terra, proteger o direito. (...) A gente tem um sistema de comunicação via radiofonia que a gente tem praticamente em todas as aldeias, que a gente convoca uma assembleia e define um local onde a gente vai conversar.(informação verbal)<sup>42</sup>

A economia deste povo indígena é baseada na agricultura, onde cada família tem sua própria casa-de-farinha junto à roça e também pode usar a casa-de-farinha da comunidade. Segundo ISA (2011), este povo comercializa arroz, banana, malva e farinha de mandioca. Contudo, os rendimentos do comércio são pouco expressivos e a maioria da população tem como principal renda repasses do Governo Federal, como Bolsa-Família.

O maior desafio hoje que a gente encontra é a estabilidade econômica da própria comunidade. Nossa estabilidade econômica é muito fraca. (...) A economia hoje funciona basicamente pela área da educação, saúde e repasses sociais que o próprio governo faz. Economicamente a gente não tem excedente de produção, nem de artesanato. (informação verbal)<sup>43</sup>

A saúde e a educação nas aldeias da Terra Indígena que estão dentro do município de Paragominas são propiciadas pela prefeitura. Atualmente está se iniciando um programa de formação de professores indígenas para atuação nas escolas das aldeias.

Temos um grupo de professores indígenas que estão iniciando um trabalho, primeiro entendendo qual o papel deles na sala de aula. (...) Estamos em um processo inicial de formar professores indígenas. (informação verbal)<sup>44</sup>

Um das preocupações das lideranças é continuidade da cultura indígena com a permanência dos jovens nas tribos. Para tanto, estão expandindo a rede de escolas de ensino médio dentro da Terra Indígena.

A gente tem essa visão de permanecer com os indígenas, principalmente os jovens, estudando na própria comunidade. Para isso a gente está levando ensino médio para dentro da aldeia. O objetivo é não permitir que o índio saia muito jovem para a cidade. Porque aí ele vai acabar assimilando a cultura do branco e não aprender sobre a própria cultura dele. (informação verbal)<sup>45</sup>

### 3.2.9 Grandes ONGs

As duas principais organizações não-governamentais (ONGs) presentes no município de Paragominas são aquelas parceiras do projeto Paragominas Município Verde, foco do

<sup>42</sup> Valdeci Tembê, liderança do povo Tembê, em entrevista realizada em 20/11/2010

<sup>43</sup> Valdeci Tembê, liderança do povo Tembê, em entrevista realizada em 20/11/2010

<sup>44</sup> Valdeci Tembê, liderança do povo Tembê, em entrevista realizada em 20/11/2010

<sup>45</sup> Valdeci Tembê, liderança do povo Tembê, em entrevista realizada em 20/11/2010

estudo de caso: The Nature Conservancy (TNC) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

A TNC é uma ONG internacional, criada nos Estados Unidos em 1951 e presente hoje em 34 países. A atuação da TNC no Brasil se iniciou na década de 1980 e em 1994 a ONG se torna uma instituição brasileira. A TNC afirma que sua missão é proteger plantas, animais e os ecossistemas naturais que representam a diversidade de vida no planeta, conservando as terras e águas de que precisam para sobreviver. No Brasil, a TNC possui escritórios em Belém, Brasília, Cuiabá, Curitiba e Rio de Janeiro, com foco nos biomas Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Amazônia. Na Amazônia, a TNC vem desenvolvendo parcerias na busca por soluções em larga escala com o objetivo de conservar mais de 560 mil quilômetros quadrados até 2015. Para isso, a ONG afirma que adota três estratégias: (i) conservação em terras indígenas, fortalecendo os povos indígenas da Amazônia brasileira para a proteção e manutenção de seus territórios; (ii) conservação em terras privadas, criando incentivos e ferramentas para facilitar o cumprimento do Código Florestal e a proteção das florestas; e (iii) florestas e clima, combatendo as mudanças climáticas, por meio da redução das emissões por desmatamento e degradação ambiental. A TNC possui um representante em Paragominas, trabalhando dentro da sede do Sindicato dos Produtores Rurais para realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>46</sup> das grandes propriedades.

O Imazon, fundado em 1990 em Belém-PA, afirma ser um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. A base do trabalho do Imazon, segundo informações de sua página na internet, é a atividade de pesquisa, que inclui diagnóstico socioeconômico dos usos do solo na Amazônia; desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos; realização de projetos demonstrativos; análise de políticas públicas de uso do solo; e elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas. A partir destas pesquisas, o Imazon afirma que procura disseminar o resultado dos estudos e contribuir para a elaboração de políticas públicas de largo alcance na Amazônia.

---

<sup>46</sup> O CAR é um sistema de identificação de propriedades destinado a comprovar a regularização ambiental. O cadastro é composto por dados básicos do imóvel rural, como Área da Propriedade Total (APRT), Área de Preservação Permanente (APP), proposta de Área de Reserva Legal (ARL), Área para Uso Alternativo do Solo (AUAS), qualificação dos donos do imóvel rural, da posse ou domínio, coordenadas geográficas e demais normas da Secretaria de Meio Ambiente do Pará.

Além disto, o Imazon tem como objetivo formar pesquisadores voltados ao entendimento e solução dos problemas ambientais da Amazônia. O Imazon desenvolve estudos em Paragominas desde a década de 1990, quando pesquisava sobre a atividade madeireira no sul e sudeste do Pará. Hoje o Imazon é uma dos principais parceiros da prefeitura de Paragominas no monitoramento do desmatamento. Portanto, trata-se de importante ator na conformação do ambiente local de informação e comunicação, e de formação dos discursos de sustentabilidade, com significativa repercussão externa. O Imazon tem como prática a disseminação dos resultados de seus estudos, por meio de revistas científicas nacionais e internacionais.

### 3.2.10 Mineração Bauxita Paragominas

O município de Paragominas possui hoje atividade de mineração de bauxita, insumo para a produção do Alumínio. O início da instalação da mina de bauxita ocorreu em 2004, com sua operação iniciada em 2007, pela então Companhia Vale do Rio Doce. Hoje a mina de bauxita é operada por um consórcio entre a NorskHydro, empresa norueguesa de produção de alumínio, e Vale.

A mina de bauxita está distante 80 km do centro de Paragominas, o que reduz de forma drástica os impactos negativos diretos no dia a dia da população. A implantação da mineração no município apareceu no início dos anos 2000 como uma das soluções para a crise econômica. Houve um foco na capacitação e contratação de mão-de-obra local para a operação da mina, em especial dos jovens. A mineração trouxe também para Paragominas um afluxo de migrantes, incluindo aqueles com formação superior. Fala-se na cidade que a mineração foi um dos principais motivadores para a formação de uma classe média em Paragominas.

A distância do centro urbano, a capacitação e contratação de mão-de-obra local, os altos investimentos realizados pela empresa no município e a abertura ao diálogo são apontados como os principais fatores para a aceitação local da presença da mineradora, que é vista como uma fonte de recursos para investimentos na cidade. O posicionamento de muitos empresários e da população local é o de que é obrigação da mineradora realizar tais investimentos como uma contrapartida aos recursos minerais que a empresa explora.

As alegações que eles fazem é essa: “olha quem está tirando as coisas do nosso solo é a Vale. Quem tem que apoiar isso aí é a Vale.” Então a Vale se torna a nossa única válvula de escape. (informação verbal)<sup>47</sup>

Contudo, há uma crítica de algumas lideranças investimento da mineradora ser apenas em projetos apoiados pela prefeitura.

A Vale veio, a Vale está ajudando, é uma parceira. Só que existe certas coisas que, eu ouvi isso: “se a prefeitura não tiver, nós não entramos”. Então não é se a população tiver. Quando na realidade a Vale está aqui e gerou muito emprego? Gerou. Mas ela está tirando o que é nosso, da nossa terra. Está mexendo com o que é da população, não é da prefeitura. (informação verbal)<sup>48</sup>

Outra crítica apontada é o fato do investimento da mineradora ser focado na área urbana, com poucas ações diretas na área rural.

Era melhor investir lá na base, na área do caboclo. (...) Já que ela atua é na zona rural. Ela teria que ter mais compromisso com a zona rural do que propriamente dito com o urbano, já que ela atua na zona rural, inclusive próximo de algumas comunidades. (informação verbal)<sup>49</sup>

### 3.3 Projeto Paragominas Município Verde

Nos anos 2000, as discussões sobre a questão ambiental e o desmatamento da Amazônia começaram a afetar diretamente os produtores rurais da região. Primeiro os produtores de grãos sentem as pressões ambientalistas e passam a ter dificuldade de escoar a produção de áreas desmatadas. Em seguida são os frigoríficos que ensaiam um boicote aos pecuaristas da Amazônia. Frente a este cenário, em 2007, os produtores rurais de Paragominas, conhecedores da experiência do projeto ecológico do município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, com a TNC, procuram a ONG internacional e iniciam discussões sobre formas de manterem seus negócios frente ao novo cenário.

Em 2008, o Governo Federal, em uma tentativa de reduzir o desmatamento da Amazônia, lança uma lista com os 36 municípios que mais desmatam no país, sendo 19 do Mato Grosso, doze do Pará, quatro em Rondônia e um no Amazonas. Paragominas figura na lista por ter 45% de sua área desmatada. Fazer parte da lista significava a exigência de

<sup>47</sup> Pedro André Pereira Silva, presidente da associação de moradores do bairro Uraim 2 e sargento da Polícia Militar, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>48</sup> Pedro André Pereira Silva, presidente da associação de moradores do bairro Uraim 2 e sargento da Polícia Militar, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>49</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

recadastramento dos imóveis rurais, sob pena de suspensão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), restrições ao crédito rural e prioridade nas ações de controle, como a Operação Arco de Fogo. Em abril de 2008, a Operação chega à cidade com uma equipe de 120 policiais e fiscais da Força Nacional de Segurança, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal e Polícia Militar. Diversas serrarias foram fiscalizadas, multadas e fechadas, carvão vegetal, madeira em tora e serrada foram apreendidas e mais de 400 fornos ilegais foram destruídos. Os produtores rurais sentem agora a pressão ainda maior, com sua restrição ao crédito.

Foi neste contexto, que o prefeito do município, Adnan Demachki, convoca um seminário na cidade, com a participação de 500 pessoas e 51 entidades, para discutir a questão e, ao final do evento, as 51 entidades assinam um pacto para o desmatamento zero no município. Para os grandes produtores rurais, esta é uma saída para voltar a ter acesso ao crédito e ter seus produtos aceitos neste novo mercado verde. A prefeitura busca então a organização não-governamental Imazon para monitorar o desmatamento e auxiliá-los na construção de uma alternativa para sair de tal lista. É lançado assim, o projeto Paragominas Município Verde, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paragominas e do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, com apoio de diversas instituições.

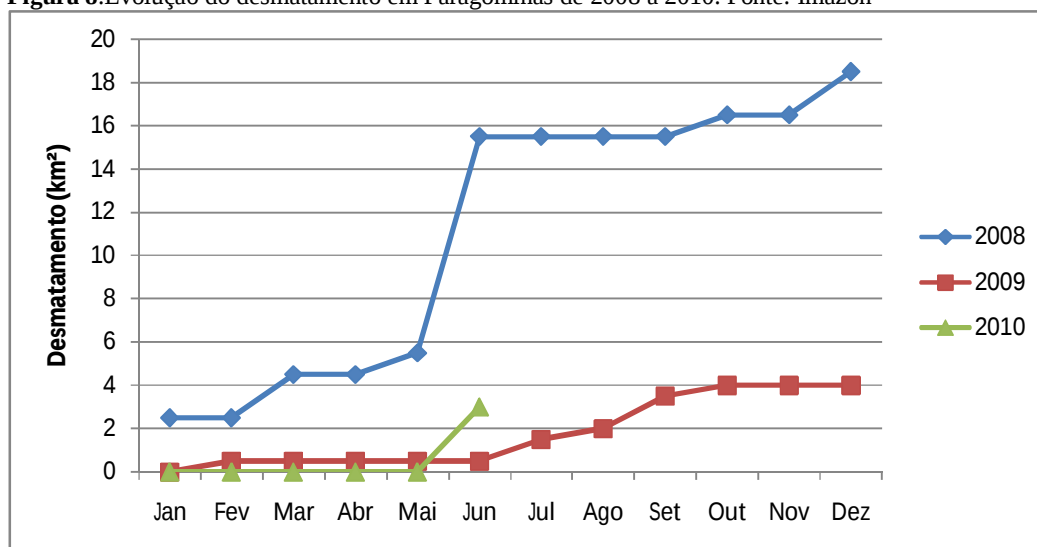
O projeto tem como objetivo criar bases para a adequação ambiental, visando à exclusão de Paragominas da lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia e o aprimoramento do uso do solo e dos recursos florestais rumo à produção sustentável. O projeto atua em sete linhas de frente, que são elas:

- a) Pesquisa: caracterização socioeconômica e florestal do município, base para o planejamento de medidas de adequação ambiental;
- b) Monitoramento mensal do desmatamento: a redução e o controle do desmatamento ilegal é um pré-requisito para o município sair da lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O monitoramento é feito por imagens de satélite e verificação em campo.
- c) Apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR): a inserção no CAR de pelo menos 80% do território cadastrável do município é pré-requisito para sair da lista do MMA.

- d) Capacitação de agentes ambientais: geração de capacidades locais para o monitoramento e gestão ambiental
- e) Educação ambiental: inserção da educação ambiental no currículo das escolas públicas municipais.
- f) Ampliação das áreas de reflorestamento e manejo florestal
- g) Boas práticas agropecuárias: articulação entre setores produtivos e entidades de pesquisa e/ou assessoria em práticas sustentáveis de produção.

A primeira fase do projeto foi a caracterização do município, realizada pelo Imazon. A partir desta caracterização e do pacto firmado, iniciou-se a fase de monitoramento do desmatamento e de capacitação dos agentes ambientais locais para a fiscalização, realizadas também pelo Imazon. No primeiro ano do projeto, já se observava uma considerável redução no desmatamento, em 2007 foram desmatados 107 km<sup>2</sup> e em 2008 o número reduziu para 61 km<sup>2</sup>. Contudo, a queda não foi suficiente e em 2009, Paragominas continuava na lista agora de 43 municípios que mais desmatavam no país. Com a constante divulgação do projeto, a mobilização dos atores envolvidos, o controle e fiscalização da prefeitura e a ação punitiva dos governos federal e estadual, em 2009 Paragominas conseguiu reduzir seu desmatamento para 21 km<sup>2</sup>, quase a metade da meta de 40 km<sup>2</sup> estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente. Apesar da grande redução, Paragominas continua com alto risco de desmatamento, segundo levantamento realizado pelo Imazon (RISCO DE DESMATAMENTO, 2011).

**Figura 8.** Evolução do desmatamento em Paragominas de 2008 a 2010. Fonte: Imazon



Para sair da lista, contudo, não bastava apenas reduzir o desmatamento, era preciso realizar o CAR de 80% da área de propriedades rurais. Para isso, o projeto contou com a parceira da TNC. Em março de 2010, apenas dias antes do prazo final, Paragominas conseguiu cadastrar 85% do seu território e assim foi o único município que conseguiu sair da lista dos desmatadores.

A constatação de que a atividade econômica que continuava com ações de desmatamento eram as carvoarias, fez acender na cidade uma discussão sobre o fim da atividade carvoeira em Paragominas. No final de 2010, foi publicada uma lei municipal que proíbe tanto a abertura de novas frentes de desmatamento como a produção de carvão vegetal a partir de florestas nativas. A proposta de fim da atividade carvoeira no município tem gerado conflitos entre os empresários do ramo e diversos atores locais, em especial o poder público municipal.

O projeto Município Verde tem como principais atores a prefeitura e o Sindicato dos Produtores Rurais, que congrega os grandes fazendeiros da região. Em 2010, o projeto adquire como mantenedor o Fundo Vale, fundo criado pela mineradora Vale para o financiamento de ações na Amazônia nas áreas de monitoramento do desmatamento, preservação de áreas protegidas e municípios verdes.

No final 2010, iniciou-se o envolvimento dos pequenos agricultores no projeto, por meio da elaboração do CAR nas colônias agrícolas. Para realizar o CAR nas colônias agrícolas foi usada a metodologia do mapeamento participativo, com o apoio da Emater. Alguns pequenos agricultores relataram que iriam fazer o recadastramento, pois foram informados que era uma exigência para manter a propriedade de suas terras legal. Como disse um agricultor da Colônia do Uraim: “Se não recadastrar, não compra nem vende” (informação oral)<sup>50</sup>.

Contudo, observou-se que para esses agricultores o projeto Município Verde está muito distante de suas realidades. Eles já ouviram falar do projeto, pela extensa campanha feita pela prefeitura, mas têm dificuldades de se identificarem com as ações verdes. Em geral, este grupo apoia o projeto de preservação porque a vegetação original é, nas palavras de um

---

<sup>50</sup>Manoel Dovicio Correa, agricultor familiar da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010.

agricultor, “bonita, agradável e tem plantas medicinais” (informação oral)<sup>51</sup>. Mas esta preservação não pode atrapalhar a produção.

Os pequenos agricultores da região utilizam o tradicional sistema de corte e queima para suas plantações e não veem uma forma de mudar tal sistema que, para eles, funciona perfeitamente, já que eles vêm fazendo desta maneira há décadas. Os técnicos da prefeitura e dos órgãos de pesquisa e fomento, como a Emater, vêm tentando mudar esta cultura para que se utilize outro sistema de plantio, onde não seja necessária a queima. Um dos técnicos da Emater, que vem trabalhando com a agricultura familiar de Paragominas, relata que enquanto não se conseguir de fato implantar uma propriedade modelo, será difícil convencer os agricultores a mudar sua forma de plantar: “O ser humano é que nem São Tomé, só acredita vendo. E essa transformação não é fácil para a gente mudar da noite para o dia. A gente tem que mostrar na prática realmente que aquilo funciona.” (informação oral)<sup>52</sup>

Além da prática do corte e queima ser uma questão cultural, para se implantar um sistema sem a queima, é preciso investimento em maquinário e adubação. Até mesmo um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura que defende o uso de novas técnicas de plantio, admite que ainda utiliza o sistema tradicional em sua pequena propriedade. Para uma liderança do sindicato dos trabalhadores rurais, o apoio do poder público à agricultura familiar é fundamental para o sucesso das ações de desenvolvimento sustentável:

O Governo Federal diz que não pode derrubar, não pode destruir a floresta, mas o que é que o governo oferece para os caboclos da Amazônia que vivem e dependem dela para sobreviver? (...) Eu queria que o governo não se preocupasse só com pé de pau que não pode ser derrubado, mas se preocupasse com a vida das pessoas que moram aqui.<sup>53</sup>

O plano da prefeitura é, após a realização do CAR em todas as pequenas propriedades do município, buscar a Embrapa e a Emater para se desenvolverem unidades produtivas modelos em sistemas agroecológicos, seguindo os diversos perfis dos produtores. A partir deste modelo, disseminar as técnicas para os agricultores familiares.

A questão da regularização fundiária dos pequenos produtores, cujas terras pertencem à União ainda não está resolvida. Após a chegada da Operação Arco de Fogo, o Governo

<sup>51</sup> Manoel Dovicio Correa, agricultor familiar da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010.

<sup>52</sup> Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>53</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010

Federal organizou em 2009 o Mutirão Arco Verde Terra Legal, para iniciar o processo de legalização de propriedades rurais. Durante o mutirão os colonos que viviam em terras da União deveriam entregar a documentação que possuíam para iniciar o processo de obtenção do título. Pelo relato de uma liderança das colônias agrícolas, após mais de um ano do Arco Verde, os colonos estavam ainda sem os títulos definitivos e não possuíam mais a documentação provisória. Em Paragominas, foram cadastradas 838 posses, com média de 87 hectares cada (BRITO; BARRETO, 2010). Conforme Brito e Barreto (2010, p.10), em 12 meses, o programa emitiu apenas 216 títulos em toda a Amazônia Legal, decorrentes de processos de regularização anteriores ao Terra Legal.

Apesar da grande aderência das instituições ao projeto, algumas ainda não se envolveram. O Incra foi um dos órgãos que não aderiu ao Município Verde. A estratégia encontrada pelo projeto foi realizar o cadastramento dos polígonos completos dos assentamentos, sem a divisão interna de cada lote, e efetuar o monitoramento da área como um todo. Em 2010, foram constatadas pelas imagens de satélite irregularidades dentro do perímetro dos assentamentos. A partir de uma denúncia feita pela Prefeitura, iniciou-se um trabalho por parte do Incra de levantamento ambiental dos assentamentos. A expectativa é que o trabalho seja efetivamente realizado em 2011.

### **3.4 A informação e os discursos de desenvolvimento sustentável**

O caso do município de Paragominas e seu projeto verde demonstram a importância da informação, da comunicação e da formação dos discursos nas ações de desenvolvimento sustentável.

Paragominas possui um ambiente informacional hierárquico e, de certa forma, controlado. A relação entre a sociedade e as autoridades é sempre feita por meio das instituições representativas e dos líderes comunitários. A concentração da comunicação por meio das lideranças foi a solução encontrada pela gestão municipal de conseguir priorizar as demandas, minimizando a personificação e o favorecimento de alguns. Contudo, observa-se que nem sempre as lideranças são efetivamente representativas dos grupos como um todo, e, particularmente, de suas percepções sobre as relações entre cultura e natureza e de seus discursos de sustentabilidade. Além disto, são poucos os espaços para debates abertos a

todos. Há uma concentração em alguns atores nas discussões e, ainda mais, nas decisões. A participação de diversas instituições em reuniões públicas, por vezes é percebida somente como uma forma de legitimação das decisões e não como uma verdadeira abertura ao debate.

Eu gostaria que esse projeto Município Verde se estendesse às associações, colocasse os moradores, os líderes comunitários em parceria com isso. Porque nós aparecemos quando é para fazer volume. (...) Mas dizer assim: eu tenho um projeto verde lá para o seu bairro, [isso não acontece]. (informação oral)<sup>54</sup>

A comunicação tem se mostrado uma estratégia essencial no projeto Paragominas Município Verde. A prefeitura busca realizar ampla divulgação do projeto, em eventos da cidade e em seus diversos meios de comunicação, como a rede de televisão local, revista e rádios locais e o programa de rádio Bom Dia Prefeito. O Bom Dia Prefeito é um programa de rádio diário de 8 minutos de duração veiculado em todas as rádios da cidade, onde o prefeito ou o vice-prefeito abordam assuntos relevantes para a prefeitura. O programa possui enorme audiência no município e foi apontado por diversos entrevistados como uma das principais fontes de informação sobre Paragominas. Apesar desta grande divulgação, há ainda no gestor municipal o desejo de aprimorar a comunicação do projeto para a sociedade e envolver, em especial, os jovens. Existem, entretanto, críticas em relação a uma falta de isenção da maioria dos meios de comunicação locais que seriam, na opinião de alguns, sempre favoráveis ao poder público municipal. O canal para críticas dentro do município seria muito restrito.

Em Paragominas, aqui é tudo manipulado. Só tem uma rádio, o resto é tudo manipulado. (informação oral)<sup>55</sup>

As ações de comunicação do projeto se voltam para a construção de um discurso homogêneo sobre o desenvolvimento sustentável. Há uma tendência à redução da importância dos dissensos relacionados ao tema, como apontado por diversos autores (BANERJEE, 2006; REDCLIFT, 2006). Um exemplo é a minimização dos conflitos por vezes existentes entre os objetivos sociais e ambientais. A dicotomia entre eles persiste, como pode ser observado na fala de um pequeno agricultor:

Porque me parece que para o governo hoje mais vale um tronco de uma árvore que uma vida humana. (...) Não é errado ele preservar a Amazônia, (...) [mas] moram

<sup>54</sup> Pedro André Pereira Silva, presidente da associação de moradores do bairro Uraim 2 e sargento da Polícia Militar, em entrevista concedida em 18/11/2010

<sup>55</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010.

aqui milhares de famílias que dependem da Amazônia para viver. (informação oral)<sup>56</sup>

O desenvolvimento sustentável é apresentado pelos idealizadores do projeto Município Verde como a mudança das atividades produtivas da região para práticas de menor impacto ambiental, chamadas de verdes. O discurso disseminado é o de que esta mudança para atividades ecológicas melhoraria a imagem da cidade, atraindo assim novos investidores e dinamizando a economia local por meio do acesso ao mercado “verde”. Os empresários da área urbana uniram-se ao projeto, justamente, por acreditarem que associar suas empresas ao tema da sustentabilidade seria bom para a imagem de seus empreendimentos e da cidade como um todo, melhorando assim seus negócios.

Nós teremos talvez, em um futuro não tão longe uma área de madeira reflorestada em Paragominas talvez maior do que o que tínhamos de madeira nativa. Isso significa que poderemos ter serrarias novamente trabalhando aqui com madeira de reflorestamento, um pólo moveleiro muito forte também. Também reflorestamento de eucalipto. Futuramente pode vir a se instalar uma empresa de celulose. Então abriu um leque maior de empresas futuras que podem estar em Paragominas, umas voltando e outras aparecendo, bem mais que se fosse só explorando a madeira nativa que já acabou praticamente. (informação oral)<sup>57</sup>

Porque a economia da cidade é primordial para o comércio. Se não tiver uma economia boa como é que a gente sobrevive? (informação oral)<sup>58</sup>

Assim, o que está em questão primordialmente é competição pela atração de investimentos.

A valorização da imagem de Paragominas vem não apenas da divulgação local e nacional do projeto, mas também da busca por diversas premiações por parte da prefeitura. Na área da educação, a prefeitura municipal recebeu o prêmio de Gestor Eficiente da Merenda Escola, dado pelo Governo Federal, em todos os seus sete anos de existência. Na área ambiental, o município recebeu o prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, conferido pelo Ministério do Meio Ambiente, além de outros prêmios. Apesar de, em geral, a prefeitura ser muito elogiada, a busca constante por premiações e o enfoque dado na divulgação do projeto por vezes sofre críticas. Há um certo receio por parte de alguns moradores da cidade de que o projeto possa ser apenas uma ação de *marketing* do município.

<sup>56</sup> Domingos Paz da Luz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevista concedida em 18/11/2010.

<sup>57</sup> Antônio Carlos Ziviani, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Paragominas – CDL, em entrevista concedida em 19/11/2010.

<sup>58</sup> José Ricardo Moura, presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas e proprietário do Supermercado Moura, em entrevista concedida em 17/11/2010.

O município vive muito de prêmios. Isso é muito importante. (...) Eu vejo que hoje a gestão municipal se atém muito a prêmios. Então escreveu o município verde no CREA, ganhou. Sim, mas o que é o Município Verde? Se entrevistar uma pessoa lá do bairro Camboatã 3, ele não tem nenhuma ação que esteja refletindo naquela melhoria aparente do bairro, da qualidade de vida. (...) Se você for na população em si, a população não sabe nem o que é e não vê no seu cotidiano, no dia-a-dia. (...) Acho que o Município Verde tá sendo muito marketing, no meu ponto de vista como cidadã. (informação oral)<sup>59</sup>

Além disso, os moradores da área urbana não se veem contemplados com as ações de desenvolvimento sustentável. Na visão deste grupo, para se chamar um município de verde, é preciso realizar ações ambientais também na área urbana, tais como melhor destinação do lixo, arborização dos bairros e valorização das áreas verdes da cidade.

No caso estudado, pode-se observar a não aplicabilidade da ideia de consenso de Habermas, com participação igualitária de todos, livre de coerção e visando o entendimento mútuo. Percebe-se até mesmo uma rejeição ao conceito de esfera pública de Habermas, já que o uso da informação não se mostra como uma abertura à discussão, à contestação, mas sim uma tentativa de imposição de subjetividades. Mesmo analisando o momento da assinatura do Pacto para o Desmatamento Zero por 51 entidades, percebe-se para a validação e a legitimação do discurso, as relações de poder se mostraram elemento primordial.

Se, por um lado, os fazendeiros e alguns outros setores aderiram ao pacto devido a pressões econômicas, por outro, as outras entidades aderiram devido à pressão política e de imagem. Assim, veem-se as diversas relações de poder envolvidas, tais como, o poder de lei do Governo Federal e o poder econômico dos processadores de grãos e frigoríficos sobre os fazendeiros, o poder da prefeitura sobre ações que afetam diretamente seus habitantes, o poder dos técnicos, pela diferenciação de conhecimento, sobre os pequenos agricultores, e outros. Como afirma Foucault (1995), são os diversos micropoderes que fazem parte da sociedade.

Observa-se que aqueles que tradicionalmente detêm o poder na cidade, os grandes fazendeiros, são os que tomam a frente do projeto e se mantêm, assim, no poder. Desta forma, não há uma mudança na estrutura social, apenas uma redefinição de técnicas e a busca da introdução de Paragominas em novo mercado, o mercado verde. Apesar do discurso de mudança de paradigma, a lógica econômica é a mesma e as relações se mantêm. Aqueles que no passado desmataram são os que agora reflorestam. Os próprios atores da degradação são aqueles que agora se utilizam do discurso de ambientalização. Nas palavras de um

---

<sup>59</sup> Moradora de Paragominas, em entrevista concedida em 19/11/2010

pesquisador do Imazon, “muda a regra, mas os jogadores são os mesmos” (informação oral)<sup>60</sup>. Percebe-se que mudança existente em Paragominas se relaciona, primordialmente, aos discursos proferidos e não à estrutura da sociedade.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem reforçado a distribuição do poder. Aqueles com maior poder acabam por buscar impor aos demais seus conceitos e suas visões acerca da natureza e das formas de apropriação dos recursos naturais. O caso estudado mostra exemplos desta prática em diversos níveis. Desde a relação entre o pequeno agricultor e o técnico agrícola, na qual este último é o detentor do conhecimento “correto”, até a pressão dos países do Norte sobre o Brasil, em relação ao desmatamento da Amazônia e ao aquecimento global. Em Paragominas, a multinacional Cargill, por exemplo, exerceu grande pressão nos produtores de grãos para a mudança de seus processos produtivos, reforçando sua relação de poder para com os produtores locais. Como afirma um empresário de Paragominas, sobre o episódio:

Então, por exemplo, a Cargill comprava soja da cidade, mas como Paragominas estava nesta lista, parou de comprar a soja da cidade. Com essa questão desse trabalho da imagem, não só a imagem, só divulgando o que [o município] está fazendo em si, [Paragominas] foi a primeira cidade a sair dessa listagem. E hoje a Cargill tem silo aqui, que ela já recolhe a produção local. (informação verbal)<sup>61</sup>

Apesar de uma tentativa conferir uma visão de unicidade nas formas de apropriação dos recursos naturais, percebe-se que ainda há muitas divergências em relação a este tema. Um exemplo é o uso da terra pelos pequenos agricultores, observada em um debate travado entre estes e os técnicos agrícolas dos órgãos governamentais. A divergência entre os agricultores e os técnicos se deve aos três tipos de práticas de apropriação do mundo material, apontadas por Acsegrad (2004a).

A primeira divergência se dá em relação às formas técnicas, ou seja, o modo de apropriação. Para os colonos a forma apropriada de se plantar na região é o sistema tradicional de corte e queima. Por sua vez, para os técnicos agrícolas, o correto seria o sistema agroflorestal, onde não há necessidade de queima. O conflito foi retratado em uma longa discussão entre os dois atores, como mostra o pequeno trecho a seguir:

<sup>60</sup>Paulo Amaral, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em entrevista concedida em 15/10/2010

<sup>61</sup>José Ricardo Moura, presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas e proprietário do Supermercado Moura, em entrevista concedida em 17/11/2010

Hoje, por exemplo, na mesma área se o senhor pega um pedacinho, o senhor passa a vida inteira cultivando no mesmo solo sem degradar. (informação oral)<sup>62</sup>

Te falo que não faz. (informação oral)<sup>63</sup>

Também se pôde constatar a desigualdade de poder sobre os recursos, explicitado na discussão entre os agricultores familiares e os técnicos agrícolas, quando se abordou o assunto da reserva legal. Na Amazônia, a reserva legal deve ser constituída em 80% da área de uma propriedade (ou em 50%, em alguns casos), independente do tamanho da propriedade. Neste caso, tanto o pequeno agricultor quanto o técnico concordam da dificuldade de manter a reserva legal em pequenas propriedades, como demonstram as falas a seguir:

Hoje na situação do Município Verde, você tem o direito de um desmatamento de 20%. É o que vem a lei para a proteção do meio ambiente. A preocupação é que 20% de uma área de um pequeno agricultor, ele não vai muito longe na sobrevivência dele. Porque 20% de cinco alqueires de terra, que é a área normal que tira aqui, você vai ter que desmatar o que? (informação oral)<sup>64</sup>

Uma pessoa que tem 10 mil hectares, a lei é a mesma para quem tem cinco hectares. Então o cara tem 10 mil, ele vai ter dois mil para desmatar. É uma área grande. Mas um pequeno agricultor que tem dez hectares, ela vai desmatar dois hectares, não sobrevive. Porque o nível de tecnologia é baixo aqui. (informação oral)<sup>65</sup>

Por fim, a terceira forma de apropriação do mundo material é relacionada às formas culturais de apropriação, isto é, as diferentes atribuições de significados do espaço. Para o agricultor a manutenção da floresta é essencialmente uma questão estética, sua subsistência vem da terra, que desmatada se torna campo de cultivo. Para o técnico a preocupação é o aquecimento global. Percebe-se ao longo da discussão que, apesar de dizer que concorda com o técnico, para o agricultor a questão do aquecimento global não se relaciona com a discussão do sistema de plantio.

A questão é a gente parar de queimar. Nosso problema de emissão de gases, essa coisa toda que a gente ouve, é isso aí. É a queima da mata. Deixa eu explicar: o carbono tá bem aí nessa madeira sua. Ele só sai daí se eu queimar, então ele vai para a atmosfera de novo. (...) Aí dá aquele problema do efeito estufa, essa coisa toda. (informação oral)<sup>66</sup>

Os técnicos tentam utilizar argumentos científicos para convencer os agricultores, utilizando discursos que fazem parte da grande mídia como o aquecimento global, mas que são extremamente distantes do dia a dia destes agricultores.

<sup>62</sup> Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>63</sup> Manoel Eduviges Correa, agricultor da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>64</sup> Manoel Eduviges Correa, agricultor da Colônia do Uraim, em entrevista concedida em 17/11/2010

<sup>65</sup> Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 19/11/2010

<sup>66</sup> Roberto Vieira, técnico agrícola da Emater, em entrevista concedida em 19/11/2010

As diferenças de significados da natureza também puderam ser percebidas na entrevista com a liderança do povo indígena Tembé, mesmo sendo um povo cuja cultura já está fortemente influenciada pela cultura ocidental, conforme explicita trecho abaixo.

Infelizmente a nossa terra está cercada por municípios, seja no estado do Pará, como também no estado do Maranhão. Hoje a população indígena, a maioria, especificamente nós, a gente recebe benefícios do Governo Federal, benefícios sociais, aposentadoria, bolsa família e outros bens, que acaba fazendo com que a população com muita frequência esteja indo na cidade. (...) Infelizmente nós indígenas já dependemos muito de objetos industrializados. (informação verbal)<sup>67</sup>

Ao ser questionado sobre os benefícios de uma ação como a do Município Verde, a liderança Tembé mostrou como para seu povo a cultura e a natureza estão imbricadas, conforme as teorias de Viveiros de Castro (1996).

O benefício número um para nossa comunidade é a própria sobrevivência do povo. Porque sem a floresta dificilmente a gente vai poder sobreviver. Porque a gente tem uma tradição de viver no meio da floresta, de usufruir da floresta. (informação verbal)<sup>68</sup>

Ao comparar a relação cultura-natureza do indígena com a do pequeno agricultor, por exemplo, pode-se perceber que a natureza tem significados diferentes para os dois. Nas entrevistas realizadas, foi possível inferir que enquanto para o agricultor entrevistado a terra é, em primeiro plano, campo de plantio e meio de sustentabilidade econômica, para a liderança Tembé a terra é fundamentalmente o seu território cultural.

Apesar desta necessidade da natureza para a sobrevivência da cultura indígena, de forma que os dois estão tão misturados que podemos considerar um híbrido de Latour (2004), a relação nem sempre é harmônica.

Nós temos hoje 75% dela [da nossa terra indígena] desmatada, (...) [esta área] já é cortada, já tem algum tipo de degradação. (informação verbal)<sup>69</sup>

Assim, constataram-se as divergências existentes na forma de se utilizar o recurso natural, a distribuição destes recursos e seu significado, as quais as ações de desenvolvimento sustentável não contemplam. Conforme explicitou Acseirad (2004a), se deveria ter um olhar onde a defesa do todo ambiental fosse construída a partir da defesa dos projetos parcelares. Ou seja, no caso estudado, não basta apenas diferenciar o indígena, como hoje é feito, é

<sup>67</sup>Valdeci Tembé, liderança do povo Tembé, em entrevista realizada em 20/11/2010

<sup>68</sup>Valdeci Tembé, liderança do povo Tembé, em entrevista realizada em 20/11/2010

<sup>69</sup>Valdeci Tembé, liderança do povo Tembé, em entrevista realizada em 20/11/2010

preciso também considerar que a realidade de um pequeno agricultor é muito diferente de um grande pecuarista e, portanto, não pode ser tratada da mesma forma.

Pode-se constatar que, conforme afirmou Foucault (1971), o discurso é aquilo pelo qual se luta, e não apenas o que traduz a luta. Ou seja, no caso em questão, a apropriação da natureza esta embasada em quais conceitos? Qual a visão de desenvolvimento que predomina? A partir de quais premissas se dá a atuação no território? Qual será a imagem mostrada ao mundo de Paragominas? Para que e para quem esta imagem é construída?

A questão da imagem se mostrou central no caso estudado. As ações realizadas em torno do Projeto Município Verde visam a mudança da imagem de Paragominas no cenário regional e nacional, com o intuito final de atrair investimentos. Assim, a disseminação do projeto é um ponto chave na visão de seus realizadores. Esta disseminação para o público externo é realizada de diversas formas, tais como, a comunicação direta com empreendedores de outros estados, a publicação de artigos por parte das ONGs, a mobilização da mídia nacional e outros.

Além da possibilidade de atração de investimentos, a atenção da mídia nacional sobre o município, com pautas positivas, tem reforçado o sentimento da população de que o projeto é benéfico e de que a cidade está no caminho correto. A criação da lista dos municípios que mais desmatam e a operação Arco de Fogo chamaram grande atenção da mídia nacional. O fato de que dois anos depois apenas um município conseguiu sair da lista, fez com que a mídia novamente se voltasse a Paragominas para ver o que estava sendo feito ali de diferente. Grandes veículos de comunicação, tais como Jornal Nacional, revista Época e Globo News, fizeram reportagens sobre a experiência. A mídia nacional tem exercido grande influência sobre a percepção da população local em relação ao projeto. À medida que os grandes veículos reforçam a visão positiva das ações ali realizadas, a aceitação do projeto pela população aumenta. Assim, percebe-se que a grande mídia legitima as ações do projeto Paragominas Município Verde.

É muito difícil de ter, estando bombardeado com esse monte de informação que se passa a respeito desse projeto, alguém que vai falar mal dele. Se até o pessoal de fora está falando muito bem...(informação oral)<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> José Luis dos Santos, técnico agrícola do Incra, em entrevista concedida em 17/11/2010.

O envolvimento de grandes ONGs, como a TNC e o Imazon, no projeto é mais um elemento que contribui para a divulgação e a imagem de confiabilidade do projeto. Para essas ONGs, por sua vez, essa é uma tentativa de estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, que possa ser adaptado a outros municípios.

Assim, observa-se que, efetivamente, são os fluxos de informação os principais elementos constitutivos deste cenário de afirmação de um certo discurso de para o desenvolvimento sustentável no caso de Paragominas. A informação está no começo e no objetivo final do projeto. Foi uma informação, a lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia no Brasil, que gerou a ação do Governo, isto é, os embargos econômicos e as fiscalizações. A partir de então, observou-se uma reação do gestor municipal e dos fazendeiros, que envolveu primordialmente a articulação e diversas ações de comunicação e de circulação de informação. A informação também se mostrou essencial no plano de reação, já que o monitoramento do desmatamento por satélite e sua verificação em campo são a base tanto do objetivo principal de excluir Paragominas da referida lista quanto das ações posteriores de controle do desflorestamento e regularização das áreas rurais. E por fim, é a disseminação de informações sobre o município, com a criação de uma nova imagem da cidade, que se mostrou a estratégia principal das lideranças do projeto para a inserção de Paragominas no mercado verde.

Deste forma, pôde-se perceber no caso que a própria informação é objeto de disputa, mas uma disputa que se mostra velada. A informação poderia ser a base para as discussões, entretanto, os fluxos são sempre de cima para baixo, sob uma determinada visão de desenvolvimento sustentável, pouco aberta a questionamentos. Neste ambiente, observou-se a importância da formação da imagem e do uso da informação para a tentativa de homogeneização das subjetividades e dos discursos sobre sustentabilidade.

#### 4 Conclusão

A presente pesquisa propôs uma reflexão acerca das dinâmicas de informação e de comunicação na construção e disseminação de discursos de sustentabilidade, a partir da análise do projeto Paragominas Município Verde.

Observou-se o papel central da informação e comunicação na mobilização e, pode-se dizer até na imposição de certas visões de desenvolvimento. A criação dos discursos e sua disseminação se tornam essenciais quando se discute o desenvolvimento sustentável, uma vez que os conflitos sobre a apropriação dos recursos naturais envolvem também disputas pela validação das significações. A forma de se relacionar com a natureza, mais que apenas satisfazer uma carência e apropriar o recurso natural, significa projetar no mundo diferentes significados (ACSELRAD, 2004a). Assim, no caso estudado, a imagem, enquanto construção da informação, detém papel principal no projeto de Paragominas de atração de novos investimentos.

O caso estudado nos mostra a centralidade da disseminação de uma certa visão e significação para o desenvolvimento sustentável. Para que a população como um todo e os proprietários rurais, mais especificamente, aderissem ao projeto de mudança da base produtiva local, a estratégia utilizada foi a de se buscar um consenso sobre uma mesma visão hegemônica da relação cultura-natureza, uma percepção onde a floresta em pé fosse vista como um agregador de valor para a base produtiva local. Percebe-se que a retórica ambiental foi utilizada para buscar uma coesão no município e que a informação produzida nos discursos daqueles que detêm o poder na cidade vira fato para grande parte dos demais atores locais. Pode-se citar como exemplo desta prática, o discurso de ambientalização do município por meio da monocultura de árvores, apresentada sempre como reflorestamento. Ao utilizar a palavra reflorestamento para esta monocultura, cria-se em muitos a imagem de que se trata realmente de uma floresta viva, semelhante à floresta nativa. Contudo, é notável que este não é o caso de tais plantações.

Observou-se que, apesar do discurso de consenso, em realidade, diferentes visões acerca do tema ainda prevalecem e, por vezes, entram em conflito. Pode-se constatar também que os diferentes atores aderiram de forma distinta ao projeto, sendo que alguns não aderiram de forma alguma. No setor madeireiro, por exemplo, enquanto uns adaptaram seus negócios para o manejo e o plantio de árvores, outros optaram por transferir seus empreendimentos

para outro município onde ainda havia condições de manterem o mesmo processo produtivo. O caso dos pequenos agricultores mostra uma forma diferente de adesão quando se comparado ao grande fazendeiro. Enquanto os grandes fazendeiros, em sua maioria, aderiram ao projeto devido à pressão econômica e por isso estão alterando sua forma produtiva, os pequenos concordaram com as ações do projeto apenas em parte, no sentido de regularizar sua propriedade, mas não de alterar seu processo produtivo. Outro exemplo é a relação da população da área urbana com o projeto Paragominas Município Verde. Pode-se dizer que a adesão foi feita, mas com ressalvas. Grande parte dos moradores afirma concordar com o projeto, mas têm algumas dúvidas quanto à sua validade e desejariam que as ações de meio ambiente fossem mais abrangentes.

Acselrad (2004a) afirma que a questão ambiental é conflitiva e os conflitos são, em sua essência, por sentidos culturais. O caso de Paragominas mostra na prática um exemplo desta abordagem. Apesar da visão predominante de que existe um consenso sobre a relação cultura-natureza e sobre o crescimento econômico com preservação ambiental, pode-se observar que os consensos são apenas aparentes e que os conflitos existem. A tentativa de se estabelecer um consenso utilizando argumentos ditos racionais, em verdade esconde os conflitos e as diferentes visões acerca do tema. O que se observa é, muito além de um debate racional, uma certa imposição de discursos, da disseminação de *certos tipos* de informação e, por meio destes, de visões e valores daqueles que detêm o poder. No caso estudado, os espaços verdadeiramente abertos para debates são reduzidos e a participação nas decisões, restrita. Assim, neste contexto, a busca pelo consenso se mostrou em verdade um regime de violência, ao tentar sufocar os conflitos existentes. O discurso de consenso sobre a questão ecológica que se dissemina no mundo, onde não é considerada a relação entre sociedades específicas e ecossistemas específicos, pode ser observado também no nível local, no caso de Paragominas.

O debate acerca da questão ecológica hoje está centrado não mais na economia dos recursos finitos do planeta, mas sim na finalidade de uso destes recursos. Como os diferentes significados atribuídos à natureza influenciam na forma de relacionamento com esta, a significação da natureza, formada cultural e historicamente pelos diferentes atores, passa a ser central no debate. Observa-se que o desenvolvimento sustentável é menos um “conceito” acabado e mais um processo em permanente construção, a partir dos processos de informação e comunicação entre os atores que expressam as relações de conflito e poder entre eles,

construindo e desconstruindo discursos. Vê-se no caso estudado que a visão e o discurso de desenvolvimento sustentável difundidos são os de crescimento econômico a partir da inserção em um mercado verde, oriunda do uso de práticas de menor impacto ambiental. Pode-se concluir que, por esta visão, o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado no tripé econômico, ambiental e social, na verdade possui como base e objetivo o econômico, a partir de algumas mudanças nas relações da sociedade com o meio ambiente. Desta maneira, percebe-se que a mudança efetivamente proposta pela visão predominante do desenvolvimento sustentável se refere às técnicas de apropriação dos recursos naturais. Entretanto, não há mudanças no pensamento econômico ou nas relações sociais e institucionais existentes. Boas condições de trabalho foram citadas por alguns entrevistados como um aspecto do desenvolvimento sustentável, contudo, em sua maioria a predominância do discurso foi a atenção ao aspecto ambiental, seja ele o modo produtivo, a destinação dos resíduos ou a existência de espaços verdes para maior qualidade de vida.

Ademais, pode-se observar tanto pela análise da literatura mobilizada quanto pelo caso prático estudado que as relações de poder não são alteradas e são elas que detêm o papel principal neste jogo da sustentabilidade. O poder de que tratamos não é apenas aquele do acesso aos recursos ou o poder de força, mas principalmente o das representações, o poder de se criar o discurso e fazê-lo ser ouvido.

O caso de Paragominas mostra que o desafio do desenvolvimento sustentável é grande, principalmente porque se tenta chamar de sustentável um desenvolvimento que repete as práticas e a estrutura social com as quais se organizou a sociedade industrial ocidental. Paragominas mostra que é possível um município se repensar e alterar sua base produtiva. Contudo alguns desafios se apresentam como fundamentais para que isto signifique de fato uma mudança e que tal mudança seja efetivamente aplicada.

O primeiro desafio de Paragominas é considerar as diferenças existentes na sociedade e incluir a todos nesse movimento de mudança. Para tanto, o compartilhamento das decisões, com uma estrutura de governança baseada na participação do maior número possível de representatividades é fundamental. Por um lado, com a disseminação das informações e uma gestão transparente do projeto, os diferentes atores poderão se apropriar de tais informações, refletir sobre as ações propostas e abrir um debate. E, por outro, é preciso possibilitar uma maior abertura no ambiente informacional, com a possibilidade de diferentes atores

construírem e difundirem seus próprios discursos e suas próprias informações. Desta forma, possibilita-se a emergência das diversas visões existentes, jogando-se a luz às lutas e disputas que sempre estão presentes nos debates sobre o desenvolvimento sustentável, mas que muitas vezes são obscurecidas e minimizadas. Considerar o outro significa muitas vezes um tempo de ação maior e, principalmente, significa ter que fazer concessões. Dar voz a outros discursos que, eventualmente, possam trazer outras visões, e também outras informações, sobre a relação natureza-cultura, pode apontar para direções distintas do Município Verde. Entretanto, despersonaliza-se o projeto de futuro da cidade, para que se torne um plano de toda a sociedade e não apenas um projeto de uma gestão municipal. Além disso, atinge-se um envolvimento e uma representatividade maior, o que tende a possibilitar a continuidade das ações.

Participar do mercado verde pode representar ganhos econômicos consideráveis para o município, contudo é preciso atrair investimentos que internalizem na economia local a renda gerada e beneficie um grupo mais ampliado de atores. Além disso, para se considerar um novo desenvolvimento que possa efetivamente ser dito sustentável, é necessário não apenas se beneficiar do mercado verde, mas principalmente colocar em pauta outro tipo de relação cultura-natureza, que leve em consideração a diversidade de visões e de discursos, onde discursos não-hegemônicos possam existir. Repensar as estruturas sociais e institucionais do município e implantar esta mudança se mostra um enorme desafio.

O tempo visto como uma espiral, que avança retornando sempre ao passado (LATOUR, 1994), leva a se pensar a relação cultura-natureza como algo novo, mas que considera o antigo. Assim, a sociedade está à procura de um novo projeto de relação cultura-natureza. Paragominas está trilhando um caminho que aponta para uma melhoria nas relações do território. Mas para tanto é preciso reconhecer as falhas existentes, considerar que existem diferentes formas de viver e pensar, abrir o espaço para o debate e aí sim, seguir em frente.

Cada local, cada sociedade, cada situação é única. As diferenças existem, sempre vão existir e vem delas a riqueza da humanidade. Considerar o diverso, abrir a mente, os olhos e ouvidos para o novo, o estranho, o desconhecido, o contrário, o desconfortável é valorizar essa diferença e possibilitar a mudança.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004a. P.13-35

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b. Disponível em <[http://www.unisc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais\\_sidr2004/conferencias/02.pdf](http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2010

\_\_\_\_\_. Tecnologías de la resolución de conflictos ambientales: la actualidad del objecto. In: HELFRICH, S. (org) **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. Mexico, DF: F.H. Boll, 2008a.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil. In: BARCELLOS, Christovam et al. (orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008b.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003. p. 423-440

ALMINO, João. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.27-50

BANERJEE, Subhabrata B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.77-128

BARATA, Ronaldo. **Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense, (1980-1989)**. Belém: Cejup, 1995.

BAUDOUIN, Thierry; COLLIN, Michèle. O território do comum na mobilização produtiva dos atores da cidade. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. Cap.10, p.201-216

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do Milênio. In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia terra & civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.115-140

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. **Primeiro ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendações**. Belém, PA: Imazon, 2010

BRITO, Brenda; SOUZA JR., Carlos; AMARAL, Paulo. Reducing emissions from deforestation at municipal level: a case study of Paragominas, eastern Brazilian Amazon. In: FOLEY, Conor. **Everything is connected: climate and biodiversity in a fragile world**. 2010. Disponível em <[http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes\\_ler.php?idpub=3741](http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes_ler.php?idpub=3741)> Acesso em: 20 jan. 2011

CALAZANS, Angélica. Estudo de caso – uma estratégia de pesquisa. In: MULLER, Suzana (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CALHOUN, Craig. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the public sphere**. MIT Press, 1992. p.1-48

CASTRO, Edna. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. . In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia terra & civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.45-78

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Acesso em: 10 jun. 2010.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. Cap.9, p.171-200.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: **American journal of sociology**. Chicago: UChicagoPres, 1988.

CRUZ, Gisele dos Reis. O consenso habbermasiano em oposição ao conflito classista marxiano: a metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2009. Disponível em <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/442.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

EMMI, Marília; CARVALHO, Terezinha. **Paragominas: um encontro de saberes**. Belém: UFPA/NAEA, 2003.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel(orgs). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso (L'ordredudiscurs)**. Paris: ÉditionsGallimard, 1971. Disponível em <<http://filoesco.unb.br/foucault/ordem.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Le courage de la vérité: Le gouvernement de soi et dêsautres II**. CoursauCollège de France 1984. Paris: Gallimard-Seuil “HautesÉtudes”, 2009

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GOMES, Luiz Roberto. **O consenso na teoria do agir comunicativo de Habermas e suas implicações para a educação**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Habermas, informação e argumentação. In: **V ColóquioHabermas**, 5, 2008, Florianópolis. Florianópolis: UFSC, p.1-19 (In Print)

HABERMAS, Jürgen. The public sphere: an encyclopaedia article. In: **New German Critique**, 1, p.49-55. Telos Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Commonwealth**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

HENRIQUE, Márcio. Populações indígenas e a Terra do Alto Rio Guamá. In: MONTEIRO, Maurílio; COELHO, Maria Célia; BARBOSA, Estêvão (orgs.). **Atlas socioambiental: municípios de Tomá-Açú, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis.** Belém: NAEA, 2009.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. In: **SustainableDevelopment**, v.13, n.1, p. 38-52, 2005.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil.** 2011. Disponível em<<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 07 fev. 2011

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. A verdade das diferenças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2009.

LOEBEL, Eduardo. As noções de capital social e pobreza no Brasil. In: **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 14, n. Ano VII, p. 5-26, 2004.

MALATO, Olinda. **Zoneamento ecológico-econômico e gestão ambiental e territorial: propostas alternativas ou novas retóricas?** 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

MARIN, Rosa E.A.; CASTRO, Edna M.R. Prefácio 2ª edição. In: FERNANDES, Marcolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.15-20

MOUFFE, Chantal. DeliberativeDemocracyorAgonisticPluralism? In: **Social Research**, v. 66, n.3, fall 1999.

PARÁ. SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL. **Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com posse e exploração da terra no Estado do Pará: 1980 – 2001.** Belém: Secretaria Especial de Defesa Social, 2002.

PC (PRODUCTIVITY COMMISSION).**Social Capital: Reviewing the Conceptand its Policy Implications**, Research Paper. Canberra: Aus Info, 2003. Disponível em <[http://www.pc.gov.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0018/8244/socialcapital.pdf](http://www.pc.gov.au/__data/assets/pdf_file/0018/8244/socialcapital.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2010.

PETRINA, Cláudia. **Reserva extrativista, a reforma agrária dos seringueiros**. Paris: Ritimo, 1993. Disponível em <<http://base.d-p-h.info/en/fiches/premierdph/fiche-premierdph-308.html>>. Acesso em: 11/02/2011.

PINTO, Andreia *et al.* **Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas**. Relatório Técnico. Belém/PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, 2009.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work** - Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.51-75

RIBEIRO, Aline. Uma solução para a Amazônia. **Época**, São Paulo, p.76-78, 22 mar. 2010

RISCO DE DESMATAMENTO. Belém: Imazon, n.1, jan. 2011. Disponível em <[http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/RD\\_janeiro\\_2011.pdf](http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/RD_janeiro_2011.pdf)>. Acesso em: 09/02/2011.

SANTOS, Luiz Fernando S. Amazônia: das ideias de paraíso às ideias de ecossistema. In: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. P.379-407

SILVA, Lindomar. **Limites à Endogeneização do desenvolvimento numa região de fronteira: o caso de Paragominas**. 2007. 153f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

TENSÃO ronda aldeia Tembé. **Portal ORM**. Belém, 13 dez. 2010. Disponível em <<http://www.portalorm.com.br/amazoniajornal/interna/default.asp?modulo=222&codigo=505102>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Denys. Situação, impactos e perspectivas do setor madeireiro. In: MONTEIRO, Maurílio; COELHO, Maria Célia; BARBOSA, Estêvão (orgs.). **Atlas socioambiental: municípios de Tomá-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Out. 1996. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 mar. 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

## **ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **1. Sobre o entrevistado**

- Nome, idade, ocupação
- Você é da região? Se não, quando você chegou a Paragominas? Qual o motivo de sua vinda?

### **2. Sobre as ações de desenvolvimento sustentável e o projeto Paragominas Município Verde**

- Você conhece alguma ação do município para o desenvolvimento sustentável? Se sim, você possui algum envolvimento com esta ação? Como?
- E em relação ao projeto Paragominas Município Verde, você tem algum envolvimento? Neste caso, como é a sua participação no projeto?
- O que você acha das ações de desenvolvimento sustentável? E do projeto Município Verde?
- Na sua opinião, o que o projeto Município Verde traz para Paragominas?
- O que este projeto não contempla?
- Você sabe como foi a criação do projeto Município Verde? Por que o projeto foi criado?
- Que articulações foram necessárias para esta criação?
- Quem são os principais atores envolvidos no projeto?
- Quais atores não estão envolvidos no projeto?
- Existem divergências em relação a este projeto? Que tipo? Por que?
- Como você percebe a mobilização da cidade em torno deste projeto?
- O projeto contempla de alguma os conflitos históricos do município? Se não, onde eles são tratados?
- Você acha que projetos como o Município Verde estão mudando Paragominas? Como?
- Como você se informa sobre projeto Paragominas Município Verde?
- Há discussões acerca deste projeto na cidade? Quem são os envolvidos?

### **3. Dinâmicas de informação e comunicação**

- Quando há necessidade de mobilização e reivindicações, quais são as formas de comunicação entre a população e desta com autoridades e lideranças locais?
- De que forma você se informa sobre as questões de Paragominas? E sobre as oportunidades de negócio e crescimento?
- Como as decisões sobre o futuro da cidade são tomadas? Quem são as pessoas que mais influenciam nestas decisões?
- Quais os meios utilizados no município para debater e definir questões relativas aos conflitos e ao desenvolvimento da cidade?

## ANEXO 2 – LISTA DE ENTREVISTADOS

1. Paulo Amaral – pesquisador do Imazon
2. Rafael Sampaio Vale – ex-presidente da OAB-Paragominas
3. Mauro Lúcio Costa – presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas
4. Miguel Ângelo Scaramusa – membro do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas
5. Manoel Eduviges Correa – agricultor da Colônia do Uraim
6. Maria Zenilda de Freitas – agricultora da Colônia do Uraim
7. Raimundo Campos de Araújo, agricultor da Colônia do Uraim
8. Roberto Vieira – técnico agrícola da Emater
9. Oscar da Luz Prestes – funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura
10. Diomar Farias de Carvalho – coordenador da Secretaria Municipal de Agricultura
11. Maria Edith de Jesus – presidente da Feira do Produtor
12. José Luis dos Santos – técnico do Incra
13. Ediléia de Souza Farias – policial civil
14. José Ricardo Moura – presidente do Sindicato do Comércio de Paragominas
15. CiromarHupp – secretário executivo do Sincompar e presidente do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Paragominas
16. Adnan Demarchki – prefeito de Paragominas
17. Pedro André Pereira Silva - presidente da associação de moradores do bairro Uraim 2 e sargento da Polícia Militar
18. Domingos Paz da Luz – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
19. Fábio Roberto Niedermeier – consultor da TNC
20. Aldeci Maria dos Santos – moradora do Projeto de Assentamento Paragonorte
21. Antônio Carlos Ziviani – presidente da Câmara dos Dirigentes Logistas de Paragominas
22. Antônio Carlos de Araújo Souza – presidente do Sindicato dos Taxistas de Paragominas
23. Themis Solange Monteiro Pantoja – analista de responsabilidade social da Mineração Bauxita Paragominas
24. Valdeci Tembê – liderança da etnia Tembê